



CLIPPING INTERNET
31/05/2019 ATÉ 31/05/2019



INDÍCE

1	ASSESSORIA	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2	AÇÕES CORREGEDORIA	
	2.1 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	2
3	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	3.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	3
4	COMARCAS	
	4.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	4
	4.2 BLOG WILTON LIMA.....	5
	4.3 MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO.....	6
	4.4 SITE G1 MARANHÃO.....	7
	4.5 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	8
5	DECISÕES	
	5.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	9
	5.2 BLOG DO MINARD.....	10
	5.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	11
	5.4 BLOG LUÍS CARDOSO.....	12
	5.5 BLOG PAULO ROBERTO.....	13
	5.6 SITE MARANHÃO HOJE.....	14
	5.7 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	15
6	DESEMBARGADOR	
	6.1 BLOG NETO CRUZ.....	16
7	EXECUÇÕES PENAIS	
	7.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	17
8	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	8.1 PORTAL DO MUNIM.....	18
9	INSTITUCIONAL	
	9.1 BLOG DO NETO FERREIRA	19
	9.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	20
10	JUÍZES	
	10.1 BLOG ATUAL 7.....	21
	10.2 BLOG DO CHICO ARAÚJO.....	22
	10.3 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	23
	10.4 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	24 25
11	PRESIDÊNCIA	
	11.1 BLOG JORGE ARAGÃO.....	26
12	SERVENCIAS EXTRAJUDICIAIS	
	12.1 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	27
13	SERVIDOR PÚBLICO	
	13.1 BLOG DANIEL MATOS.....	28
	13.2 BLOG DO LINHARES.....	29
	13.3 BLOG JORGE ARAGÃO.....	30
	13.4 BLOG ZECA SOARES.....	31
	13.5 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - MA.....	32
	13.6 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	33
	13.7 SITE SINDJUS.....	34
14	SINDJUS	
	14.1 SITE TV GUARÁ.COM.....	35
15	VARA CRIMINAL	
	15.1 SITE G1 MARANHÃO.....	36
	15.2 SITE JORNAL CORREIO POPULAR.....	37
	15.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	38
16	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	16.1 BLOG JOEL JACINTO	39
	16.2 BLOG PÁGINA 2.....	40
	16.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	41
	16.4 SITE PREFEITURA DE SÃO LUÍS.....	42
	16.5 SITE SUA CIDADE.....	43
17	VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	
	17.1 BLOG DANIEL MATOS.....	44
	17.2 BLOG DIEGO EMIR.....	45
	17.3 BLOG DO JURACI FILHO.....	46
	17.4 BLOG DO KIEL MARTINS.....	47
	17.5 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	48
	17.6 BLOG GENIVALDO ABREU.....	49
	17.7 BLOG HORA EXTRA.....	50
	17.8 BLOG JORGE ARAGÃO.....	51

17.9 BLOG MAURO JORGE GARCIA.....	52
17.10 BLOG PAULO ROBERTO.....	53
17.11 BLOG ZECA SOARES.....	54
17.12 SITE AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BALUARTE.....	55

Comarca de Vitorino Freire sedia três casamentos comunitários

A comarca de Vitorino Freire promoveu mais uma edição do Projeto "Casamentos Comunitários", desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça, com a realização de três cerimônias. A primeira na sede, no dia 28, às 19h, com 178 casais e as outras no dia 29, nos termos judiciários de Brejo de Areia com 65 casais, às 11h - e Altamira do Maranhão, com 45 casais, às 13h.

Essas cerimônias atenderam à demanda pelos casamentos civis, após a última solenidade realizada na comarca, há dez anos. Os casamentos foram presididos pelo juiz Rômulo Lago e Cruz, titular da 1ª Vara e diretor do fórum, e celebrados por magistrados de diversas comarcas, reunindo as autoridades de Vitorino Freire e termos.

Estavam presentes à solenidade na sede o vice-prefeito municipal, José Gonzaga de Souza e o presidente da Câmara Municipal de Vitorino Freire, Dejamin Sousa Lima; e a tabeliã registradora da serventia extrajudicial do 2º Ofício de Vitorino Freire, Carolina Fernandes Paiva. O padre Sérgio Gonçalves do Prado, representou a Igreja Católica, e o pastor Gerson Ferreira da Costa, da Igreja Assembleia de Deus, que abençoaram os casais.

"É um evento muito importante porque havia um anseio muito grande da população, tendo em vista que a última solenidade dessa natureza ocorreu há dez anos. Então estamos aqui hoje para concretizar direitos e efetivar a dignidade das pessoas", destacou juiz o diretor do fórum.

A juíza Josane Farias Braga, titular da 2ª Vara de Vitorino Freire, celebrou a união de dois servidores do fórum - José Marlesom Costa e Maria Anes Almada da Silva. "É uma cerimônia em que celebramos uma união desse casal que vem dando, diariamente, testemunho de amor, compreensão e amizade, que vivenciam uma relação já consolidada e que realmente já construíram uma família e agora só estão legalizando", ressaltou.

CONCELEBRANTES - Atuaram como concelebrantes os juízes: Hevelane da Costa Albuquerque (respondendo pela 2ª Vara de Vitorino Freire), Josane Araújo Farias Braga (titular da 2ª Vara de Vitorino Freire), Jairon Ferreira de Moraes (auxiliar de São Luís), Denise Cysneiro Milhomem (1ª Vara de Santa Inês), Alexandre José de Mesquita (3ª Vara de Santa Inês), Cynara Elisa Gana Freire (1ª Vara de Santa Helena), Urbanete de Angiolis Silva (Vara única de Turiaçu), Marcello Frazão Pereira (1ª Vara Criminal de Bacabal), Jorge Antonio Sales Leite (Vara da Família de Bacabal), Denise Pedrosa Torres (4ª Vara de Santa Inês) e Felipe Soares Damous (Vara única de Pio XII).

Helena Barbosa
Assessoria de Comunicação da Corregedoria
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

MP reconhece legitimidade da sessão que elegeu Ancelmo Rocha, presidente da Câmara Municipal de Açailândia

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), através da Procuradora de Justiça, Marilea Campos dos Santos Costa, emitiu parecer reconhecendo a legitimidade da Sessão da Câmara de Vereadores de Açailândia, ocorrida no último dia 14 de março do ano em curso (REVEJA AQUI), que elegeu Ancelmo Leandro Rocha, presidente daquela casa de lei.

"Assim, considerando que a eleição para a escolha dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal observou, em princípio, o texto constitucional e a Lei Orgânica Municipal/Regimento Interno, não há evidências que justifique, a anulação da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Açailândia, ocorrida em 14 de março de 2019", diz a procuradora de justiça, em seu parecer.

Em outro trecho do documento, Marilea Campos relata: "O que se nota é que a eleição obedeceu, tanto os princípios da moralidade, eficiência, legalidade, publicidade e finalidade, além de estar em consonância com os ditames da Carta Constitucional".

O parecer da procuradora refere-se ao agravo de instrumento nº 0811097-81.2018.8.0000, Impetrado pelo Vereador Cesar Nildo Costa Lima (Cesar Costa), junto a 3ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A ação que poderá ser julgada a qualquer momento, é assinada pelo advogado Walmir Azulai de Matos.

IMAGEM

IMAGEM

Juiz substitui medidas cautelares de Eduardo DP na El Berite II

Agiota pode agora se ausentar da comarca onde reside pelo período de até 20 dias. Também não precisa mais comparecer mensalmente à 1ª Vara Criminal de Bacabal

31/05/2019 10h05min - Atualizado em 31/05/2019 10h06min

YURI ALMEIDA

Por decisão do juiz de Direito Marcello Frazão Pereira, da 1ª Vara Criminal de Bacabal, o empresário e agiota Eduardo José Barros Costa, o Eduardo DP ou Imperador, teve abrandadas as medidas cautelares impostas contra ele no bojo da Operação El Berite II, deflagrada em 2015 contra crimes de agiotagem e desvio de verbas públicas no Maranhão. A decisão foi proferida na última quarta-feira 29.

Alegando que as medidas contra ele já perduram há mais de quatro anos, e que necessita viajar constantemente para exercer suas atividades laborais em outros estados, o agiota teve substituída pelo magistrado a exigência de autorização judicial para ausentar-se da comarca, pela proibição de ausentar-se por mais de 20 dias da comarca onde reside sem autorização judicial.

Também foi substituída a exigência de autorização judicial para comparecimento periódico ao juízo 1ª Vara Criminal de Bacabal, pelo comparecimento mensal à comarca de Dom Pedro, por questão de processo criminal que tramita naquela comarca, também por agiotagem e desvio de verbas públicas, tendo em vista que ele já comparece mensalmente àquele juízo para justificar e informar suas atividades.

As demais medidas cautelares impostas contra Eduardo DP, como não manter contato com os demais réus e testemunhas de acusação da El Berite II, permanecem inalteradas. Caso haja descumprimento de qualquer uma delas, ressalta o magistrado na decisão, poderá ensejar a decretação da prisão preventiva do agiota.

Embora tenha sido preso por diversas vezes pela Polícia Civil do Maranhão pelos crimes apontados pela El Berite II e outras operações, Eduardo DP segue fechando novos contratos e mantendo anteriores com a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra), na gestão de Flávio Dino (PCdoB). Todos milionários e por meio de uma das empresas operadas por ele na máfia da agiotagem para desvio de recursos públicos. O agiota, inclusive, segundo o delegado Tiago Bardal, ex-chefe da Seic (Superintendência Estadual de Investigações Criminais), além desses contratos, ganhou também a proteção do governo contra investigações contra a máfia da agiotagem no estado.

MP e Polícia Civil cumprem mandados de prisão no Maranhão

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e a Polícia Civil realizou na última quarta-feira (29) a operação “Cidade Limpa” e cumpriu três mandados de prisão temporária nas cidades de Imperatriz, Esperantinópolis e Bacabal. A operação investiga indícios de fraude durante em processo licitatório na Prefeitura de Esperantinópolis.

Foram alvos das prisões o ex-prefeito de Esperantinópolis Raimundo Jovita de Arruda Bonfim, conhecido como Dr. Raimundinho, o ex-secretário municipal de Administração, Márcio Alencar Silveira, e o sócio da empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, Rodrigo Túlio Freitas Viana, conhecido como “Rodrigo Rico” ou “Rodrigo Ostentação”.

De acordo com as investigações, a administração municipal de Esperantinópolis realizou uma licitação para a prestação do serviço de limpeza urbana, que resultou na contratação da empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, cujos sócios eram, à época, Rodrigo Túlio Freitas Viana e Samuel Karlos Araújo Nobre, pelo valor aproximado de R\$1.230.000 mil.

Conforme a apuração realizada até o momento, há fortes indícios de fraude na realização do referido procedimento licitatório, especialmente pela ausência de comprovação de publicidade e pela constatação de que os documentos foram juntados aos autos sem obedecer ordem cronológica e sem ter sido numerados adequadamente, demonstrando ter ocorrido uma montagem.

A investigação também constatou que algumas cláusulas do contrato não eram compatíveis com a natureza do serviço de limpeza pública. Foi apurado, ainda, que, embora o contrato previsse que todas as despesas com os empregados seria de responsabilidade da empresa, era utilizada mão de obra de vários servidores públicos, bem como de pessoas indicadas diretamente pelo ex-prefeito.

Com o aprofundamento das investigações, foi comprovado que a A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, na mesma gestão, celebrou outros contratos com o Município de Esperantinópolis, sem que os serviços fossem efetivamente prestados, totalizando aproximadamente R\$ 6.243.000 mil dos quais grande parte foi desviada e repassada a diversas pessoas, dentre os quais familiares do ex-prefeito, do ex-secretário, além de vereadores da época.

O Ministério Público também atestou que a empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos sequer detinha capacidade técnica para executar os serviços para os quais foi contratada, porque era proprietária de apenas três veículos, insuficientes para atender ao serviço de locação de várias secretarias e incompatíveis com a atividade de limpeza pública.

Além disso, a empresa investigada não tinha empregados em seus quadros, evidenciando ser verdadeira empresa de fachada, destinada apenas a intermediar o desvio de verbas públicas.

Os mandados foram expedidos pela Justiça da Comarca de Esperantinópolis, que atendeu ao pedido formulado pela Promotoria de Justiça da referida comarca.

Adriano pede urgência no reajuste de servidores do TJMA

Adriano pede, via requerimento, a tramitação, em regime de urgência, do projeto de lei que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário em 2,94%

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) protocolou, nesta quinta-feira (30), na Assembleia Legislativa do Maranhão, requerimento solicitando tramitação em regime de urgência para discussão e votação do Projeto de Lei 18/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário em 2,94%.

O requerimento deverá ser lido durante sessão plenária da Assembleia Legislativa do Maranhão, pela Mesa Diretora, na próxima segunda-feira (03/06), e votado pela Casa na terça-feira (04/06), caso haja quórum para deliberação.

O Projeto de Lei 18/2019 que altera a tabela de vencimentos dos servidores ativos e comissionados, aposentados e pensionistas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em 2,94% com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2019, foi aprovado no Pleno do TJMA no dia 19 de dezembro de 2018, e está tramitando na Assembleia Legislativa desde o mês de fevereiro de 2019.

O reajuste está contemplado no orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão, não havendo necessidade de suplementação de recursos pelo Executivo para a sua implantação, e nem motivos para a demora da análise do Projeto de Lei na Assembleia Legislativa, razão pela qual o deputado pediu urgência na matéria, e tem o apoio de todos servidores do judiciário e suas respectivas famílias.

Convite

O Sindjus-MA agradece a iniciativa deputado estadual Adriano Sarney e convida todos os servidores do judiciário a comparecerem às sessões da Assembleia Legislativa do Maranhão, da próxima segunda-feira (03), às 16h, e da terça-feira (04), às 9h, para acompanhar o requerimento de autoria do deputado que pede apreciação do Projeto de Lei 18/2019.

O Projeto de Lei 18/2019, de reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do poder judiciário, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, não repõe as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos em quase 20%. Mas, a iniciativa tem o apoio do Sindjus-MA, que espera ainda que os valores restantes sejam quitados no mais breve prazo possível.

Procuradoria da Mulher é inaugurada na Câmara Municipal de São Luís

Por Daniel Matos • quinta-feira, 30 de maio de 2019 às 21:22

Implantação do órgão é mais uma ação inédita executada pela Mesa Diretora

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), comandou, na tarde desta quinta-feira (30), sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

A implantação do órgão é mais uma iniciativa pioneira da gestão do pedetista e integra as ações comemorativas em alusão aos 400 anos da Casa.

Na solenidade, Osmar Filho empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher. Ele terá como companheiras de trabalho no órgão as vereadoras Concita Pinto (Patriotas) e Fátima Araújo (PC do B).

“Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade”, declarou o presidente, que participou do evento acompanhado da sua esposa, Clara Gomes.

Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís. O órgão tem como atribuições zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher; bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

“Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos”, ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

Presidente Osmar Filho, vereadora Bárbara Soeiro e demais autoridades no ato da inauguração
Cidadania - Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher e disse que foi

uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

“Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos – sem perder de vista a lutas dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI”, enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com as presenças dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB); e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa; a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís; o secretário municipal de Relações Institucionais, Nonato Chocolate; além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Procuradoria da Mulher é inaugurada na Câmara Municipal de São Luís

31 de maio de 2019 : 07:58

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), presidiu, na tarde desta quinta-feira, 30, a sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

Na solenidade, Osmar Filho declarou inaugurada a Procuradoria e empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher.

“Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade”, declarou Osmar Filho.

Ao ser empossada no cargo de procuradora, a vereadora Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora Bárbara Soeiro, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

“Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos”, ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

EM PROL DA CIDADANIA

Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher, e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

“Trata-se de uma iniciativa louvável, no sentido de efetivar direitos e de ser, também, uma afirmação da cidadania em toda a nossa cidade”, afirmou Sílvia Leite.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

“Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos – sem perder de vista a lutas dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI”, enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com a presença dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB) e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís, além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Após a sessão solene, aconteceu, no Salão Nobre da Câmara, o descerramento de uma placa alusiva à inauguração da Procuradoria da Mulher.

Exclusivo! Juiz revoga prisão e concede liberdade ao Dr. Raimundinho, ex prefeito de Esperantinópolis

DR RAIMUNDINHOO Juiz da comarca de Esperantinópolis|MA revogou a prisão e concedeu liberdade ao ex-prefeito daquela cidade, Raimundo Jovita de Arruda Bonfim, conhecido como Dr. Raimundinho.

Com a liberdade restaurada, Dr. Raimundinho poderá prestar todos os esclarecimentos necessários, durante os autos do processo.

Bárbara Soeiro assume Procuradoria da Mulher na Câmara de São Luís

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), comandou, na tarde desta quinta-feira (30), sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

A implantação do órgão é mais uma iniciativa pioneira da gestão do pedetista e integra as ações comemorativas em alusão aos 400 anos da Casa.

Na solenidade, Osmar Filho empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher. Ele terá como companheiras de trabalho no órgão as vereadoras Concita Pinto (Patriotas) e Fátima Araújo (PC do B).

"Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade", declarou o presidente, que participou do evento acompanhado da sua esposa, Clara Gomes.

Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís. O órgão tem como atribuições zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher; bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

"Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos", ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

Cidadania - Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

"Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos - sem perder de vista a lutas dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI", enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com as presenças dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB); e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa; a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís; o secretário municipal de Relações Institucionais, Nonato Chocolate; além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Procuradoria da Mulher é inaugurada na Câmara Municipal de São Luís

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), comandou, na tarde desta quinta-feira (30), sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

A implantação do órgão é mais uma iniciativa pioneira da gestão do pedetista e integra as ações comemorativas em alusão aos 400 anos da Casa.

Na solenidade, Osmar Filho empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher. Ele terá como companheiras de trabalho no órgão as vereadoras Concita Pinto (Patriotas) e Fátima Araújo (PC do B).

"Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade", declarou o presidente, que participou do evento acompanhado da sua esposa, Clara Gomes.

Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís. O órgão tem como atribuições zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher; bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

"Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos", ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

Cidadania - Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

"Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos - sem perder de vista a lutas dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI", enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com as presenças dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB); e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa; a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís; o secretário municipal de Relações Institucionais, Nonato Chocolate; além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Deputado Adriano pede urgência no reajuste de servidores do TJMA

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) protocolou, nesta quinta-feira (30), na Assembleia Legislativa do Maranhão, requerimento solicitando tramitação em regime de urgência para discussão e votação do Projeto de Lei 18/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reajusta os vencimentos dos servidores do judiciário em 2,94%.

O requerimento deverá ser lido durante sessão plenária da Assembleia Legislativa do Maranhão, pela Mesa Diretora, na próxima segunda-feira (03/06), e votado pela Casa na terça-feira (04/06), caso haja quórum para deliberação.

O Projeto de Lei 18/2019 que altera a tabela de vencimentos dos servidores ativos e comissionados, aposentados e pensionistas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em 2,94% com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2019, foi aprovado no Pleno do TJMA no dia 19 de dezembro de 2018, e está tramitando na Assembleia Legislativa desde o mês de fevereiro de 2019.

O reajuste está contemplado no orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão, não havendo necessidade de suplementação de recursos pelo Executivo para a sua implantação, e nem motivos para a demora da análise do Projeto de Lei na Assembleia Legislativa, razão pela qual o deputado pediu urgência na matéria, e tem o apoio de todos servidores do judiciário e suas respectivas famílias.

Convite

O Sindjus-MA agradece a iniciativa deputado estadual Adriano Sarney e convida todos os servidores do judiciário a comparecerem às sessões da Assembleia Legislativa do Maranhão, da próxima segunda-feira (03), às 16h, e da terça-feira (04), às 9h, para acompanhar o requerimento de autoria do deputado que pede apreciação do Projeto de Lei 18/2019.

O Projeto de Lei 18/2019, de reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do poder judiciário, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, não repõe as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos em quase 20%. Mas, a iniciativa tem o apoio do Sindjus-MA, que espera ainda que os valores restantes sejam quitados no mais breve prazo possível.

O Sindicato espera também que tanto o requerimento, quanto o projeto sejam aprovados na próxima semana, por unanimidade dos deputados estaduais, e seja sancionado sem ressalvas pelo chefe do poder executivo.

Polícia Civil cumpre mandado de prisão por assassinato de vereador de Maranhãozinho

A Polícia Civil do Maranhão prendeu na manhã desta sexta-feira (31), em uma fazenda do município de Santa Luzia do Paruá, o vaqueiro Egídio Silva Pires, conhecido como Nó Cego, apontado como um dos executores da morte do vereador de Maranhãozinho, João Pereira Serra, conhecido como Jango, fato que aconteceu no dia 23 do último mês de abril, em uma região de várias fazendas do mesmo município.

Os trabalhos foram coordenados pela Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), que continua as investigações e diligências na região com o intuito de encontrar o segundo executor, motivação e autoria mediata. A operação teve apoio da Delegacia Regional de Zé Doca.

Crime de milícia no Maranhão

Em outra ação, só que, desta vez, dentro da Operação batizada de Balaiada, a Polícia Civil do Estado do Maranhão, efetuou cumprimentos de mandados de prisão temporária dos suspeitos de participação de milícia armada que atuavam no município de Aldeias Altas, Caxias e outros municípios da macrorregião dos Cocais, Estado do Maranhão.

O juiz Titular da 1ª Vara Criminal da capital, competente para apuração de crimes praticados por organizações criminosas, prorrogou mandados de Prisão Temporária para Santo da Conceição Silva (Paulo Bala), Cicero da Silva e Antônio Simeão dos Santos, bem como para os integrantes da Polícia Militar Enefino Silva, Raimundo Nonato Lima Chaves, Sergio Adriano Gomes Nunes, Evandro Oliveira Santos e Walmara Mourão Carvalho.

As investigações continuam a cargo do Departamento de Proteção à Pessoa e Departamento de Homicídios do Interior da SHPP.

(Informações da SSP-MA)

TJ condena ex-prefeita de Penalva a ressarcir erário com base em decisão do TCE

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a condenação da ex-prefeita de Penalva, Maria José Gama Alhadeff, para ressarcimento de R\$ 80.366,59 (com juros e correção monetária), além da proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos. A ação se baseia numa decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que rejeitou sua prestação contas sobre a aplicação de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb),

Segundo o documento do TCE, a ex-prefeita incorreu em diversas irregularidades em processos de licitação, bem como pela prática de gestão ilegal em relação a normas de natureza contábil, que resultou em multas e danos ao erário.

A relatora da apelação, desembargadora Angela Salazar, destacou que acórdão do TCE julgou irregulares as contas prestadas pela ex-prefeita, apontando que houve um dano ao erário municipal no valor de R\$ 80.366,59, em razão de irregularidades em diversos processos licitatórios, da ausência de documentos comprobatórios de despesas e de outras inúmeras infrações à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional.

A desembargadora entendeu no caso que, ainda que o agente público não tenha tido dolo de enriquecimento ilícito, causou, conscientemente, de forma dolosa, dano ao erário, em razão da realização de procedimentos licitatórios sem a devida legalidade, bem como deixando de comprovar as despesas efetuadas pelas verbas repassadas pelo Fundeb, o que acabou gerando o dano noticiado nos autos.

Jefferson Portela se encontra com presidente do Tribunal

31/05/2019 11:34:17

O secretário de Segurança Pública do Estado, delegado Jefferson Portela, foi ao Tribunal de Justiça do Maranhão e se encontrou, na manhã desta sexta-feira (31), com o presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Em reunião à portas fechadas, no gabinete presidencial do Palácio Clóvis Beviláqua, estavam presentes, também, secretário-chefe da Casa Civil do Governo, Marcelo Tavares e o procurador-Geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia.

O titular do Blog do Neto Ferreira foi até o local para tentar, sem sucesso, entrevistar o presidente sobre o escândalo envolvendo o chefe da SSP de mandar, segundo os delegados Ney Anderson e Tiago Bardal, espionar desembargadores, parentes e assessores.

Porém, constatou in loco a presença dos auxiliares do governo, quando saíram da reunião. Até o momento, não se sabe o teor da conversa entre os representantes do executivo e do Poder Judiciário.

A reportagem procurou a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública e questionou se o encontro fazia parte de uma agenda oficial.

DPE/MA lança projeto de assistência a detentos e firma parceria voltada à ressocialização por meio do trabalho

Com mais de 8 mil atendimentos prestados, em 2018, nas unidades prisionais de São Luís, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) deu ontem mais um importante passo no fortalecimento da assistência jurídica e psicossocial voltadas às pessoas privadas de liberdade na capital. Além de lançar o Projeto Assistência Legal e Visita Virtual no Sistema Prisional do Maranhão, assinou termo de cooperação técnica com a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap), objetivando o fomento a ações de ressocialização, através do trabalho, no sistema carcerário.

O Projeto Assistência Legal, fruto de convênio firmando entre a DPE/MA e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), injetará recursos na ordem de R\$ 1 milhão no estado, com duas finalidades centrais. Uma delas é prestar acompanhamento, a partir de agora, a todas as pessoas que ingressarem no Centro de Triagem de São Luís, que recebe cerca de 400 presos, por mês, oriundos da capital e interior.

Em outra frente, a iniciativa viabilizará o contato dos custodiados em São Luís e suas famílias que moram no interior, por meio de videoconferências com equipamentos instalados nas unidades prisionais da capital e nos núcleos regionais da Defensoria.

Conduzindo a solenidade, o defensor-geral Alberto Pessoa Bastos destacou o pioneirismo das ações previstas no projeto, que serão possíveis com a contratação de 8 estagiários do curso de Direito, dois assessores jurídicos, um assistente social e um psicólogo, além da aquisição de equipamentos de informática e uma van. A equipe reforçará o trabalho já desenvolvido pelas 11 defensoras e defensores públicos com atuação no Núcleo de Execução Penal (NEP), em São Luís.

“Estamos falando de um projeto muito importante, o convênio de maior valor já realizado pela Defensoria do Maranhão, que fortalecerá o monitoramento na porta de entrada do sistema prisional, uma vez que possibilitará fazermos uma avaliação jurídica e psicossocial de todo preso que entrar nas unidades de São Luís, servindo de modelo para todas as Defensorias do Brasil. E aqui destaco o empenho de todos os envolvidos na implementação desta iniciativa, agradecendo especialmente o Depen, na pessoa dos doutores Fabiano Bordignon e Sandro Abel, que numa conjunção de esforços que incluiu também a Seap, possibilitou a concretização desse projeto que contribuirá para que os presos cumpram sua pena com dignidade e que retornem à sociedade pessoas melhores”, destacou o defensor-geral.

O diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Sandro Abel Sousa Barradas, falou da sua satisfação de estar em São Luís para o lançamento do projeto, representando o diretor geral do Depen, Fabiano Bordignon.

“O primeiro passo é honrar a Defensoria e seus representantes que foram a Brasília, num período difícil, de transição de governo, com ajustes orçamentários sendo realizados. Ainda assim, o defensor-geral, com empenho e persistência, conseguiu aprová-lo. Isso aconteceu porque acreditamos no sucesso dessa parceria e desse projeto e vamos trabalhar para que ele se estenda para outros estados”, ressaltou Abel Barradas, acrescentando que o sistema carcerário maranhense está entre os cinco melhores do país. O coordenador do Núcleo de Execução Penal, o defensor público Bruno Dixon Maciel, explicou, em sua apresentação sobre o projeto, que o Estado hoje possui mais de 11 mil custodiados e que cerca de metade deles está em São Luís, e que, portanto, o projeto beneficiará em torno de cinco mil pessoas privadas de liberdade.

“Com esse projeto, os defensores terão uma visão mais completa do sistema, podendo intervir de maneira mais efetiva na adoção de providências cabíveis referente aos processos e na correção de possíveis irregularidades dentro do sistema. Por outro lado, tínhamos muitos presos em São Luís, oriundos do interior, que não recebiam visitas há mais de três anos, e que agora com a implementação das visitas virtuais, os familiares poderão se dirigir aos nossos núcleos regionais, onde serão agendadas data e hora, para fazer o contato com os custodiados, resgatando ou fortalecendo os vínculos já existentes”, ressaltou.

Termo de Cooperação - Outro ponto alto da solenidade foi a assinatura do termo de cooperação técnica com a Seap, que permitirá a contratação de mulheres em regime semiaberto para trabalhar na Defensoria estadual, além da prestação de serviços nas obras da construção de núcleos ecológicos da Defensoria, e confecção de fardamento e móveis.

Durante o evento, o titular da Seap, Murilo Andrade, reiterou o compromisso do Governo do Estado com a construção de um sistema penitenciário justo e humanizado, e que o convênio firmado com a Defensoria só tem a contribuir com esse processo. “É uma felicidade ceder à Defensoria mão- de-obra dos presídios, frente a uma demanda que só tem crescido, um “problema” positivo que estamos empreendendo todos os esforços para resolver, por entender que trará benefícios de mão dupla para as duas instituições, e, sobretudo, para as pessoas presas que ganharão com mais uma ação de ressocialização”, asseverou.

Prestigiaram a solenidade, o juiz titular da 1ª Vara de Execuções Penais, Márcio Brandão, o vice-presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos Estaduais do Maranhão (Adpema), Aécio Moura e Silva, a ouvidora-geral da DPE/MA, Márcia Maia, defensoras e defensores públicos, servidores, sociedade civil, dentre outros gestores e autoridades da Justiça e da Segurança Pública.

Procuradoria da Mulher é inaugurada na Câmara Municipal de São Luís

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), presidiu, na tarde desta quinta-feira, 30, a sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

Na solenidade, Osmar Filho declarou inaugurada a Procuradoria e empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher.

“Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade”, declarou Osmar Filho.

Ao ser empossada no cargo de procuradora, a vereadora Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora Bárbara Soeiro, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

“Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos”, ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

EM PROL DA CIDADANIA

Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher, e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

“Trata-se de uma iniciativa louvável, no sentido de efetivar direitos e de ser, também, uma afirmação da cidadania em toda a nossa cidade”, afirmou Sílvia Leite.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

“Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos – sem perder de vista a luta dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI”, enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com a presença dos vereadores Sá Marques (PHS), Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP) e Ricardo Diniz (PRTB) e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís, além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Após a sessão solene, aconteceu, no Salão Nobre da Câmara, o descerramento de uma placa alusiva à inauguração da Procuradoria da Mulher.

Procuradoria da Mulher é inaugurada na Câmara Municipal de São Luís

Na solenidade, Osmar Filho declarou inaugurada a Procuradoria e empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher.

"Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade", declarou Osmar Filho.

Ao ser empossada no cargo de procuradora, a vereadora Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora Bárbara Soeiro, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

"Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos", ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

EM PROL DA CIDADANIA

Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher, e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

"Trata-se de uma iniciativa louvável, no sentido de efetivar direitos e de ser, também, uma afirmação da cidadania em toda a nossa cidade", afirmou Sílvia Leite.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

"Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos - sem perder de vista a lutas dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI", enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com a presença dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB) e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís, além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Após a sessão solene, aconteceu, no Salão Nobre da Câmara, o descerramento de uma placa alusiva à inauguração da Procuradoria da Mulher.

Demurrage: um fato jurídico e o horizonte de oportunidades

Publicado em 30 de maio de 2019 por gilbertoleda

Em 21 de maio de 2019, a 4ª Câmara Cível do Tribunal Justiça do Estado do Maranhão, composta pelos desembargadores Paulo Velten (presidente) e Jaime Ferreira, seguindo voto do Relator, Des. Marcelino Everton, singrou mar da incerteza, descortinou horizonte de dúvida e trouxe fundamentos jurídicos sólidos em julgamento inédito.

A temática? Demurrage de contêiner. Em linhas gerais, o termo é utilizado para denominar a cobrança pelo uso além do período de tempo acordado (laytime), gerando custos ao remetente ou destinatário para além das despesas ordinárias como contêiner yard, taxas portuárias e de cais, frete marítimo. Simplificadamente, trata de posse que viola cláusula contratual de transporte assentada no binômio “estadia permitida x estadia real” originando a máxima “once on demurrage, always on demurrage”.

Considerada a temática mais contenciosa do âmbito do transporte marítimo, o acréscimo dos imbróglios envolvendo sobreestadia de contêineres é fruto da expansão de citada modalidade na logística de transportes, associada a problemas relativos ao desembarço aduaneiro, infraestrutura logística deficitária, gargalos portuários. Com efeito, este cenário de atrito e gestão claudicante possuem o condão – em virtude do expressivo valor dos gastos com sobreestadia – de afetar a lucratividade e a competitividade de empresas brasileiras, em especial quando das discussões avançam pelos tribunais brasileiros com o escopo de dirimir perdas.

Muito embora este tipo de ocorrência tenha se tornado usual no modal marítimo, os consectários jurídicos deste instituto ainda geram controvérsias e insegurança jurídica, por não existir pacificação doutrinária e jurisprudencial acerca da natureza jurídica do instituto e a extensão da aplicação das normas em relação aos contêineres de transporte.

As alterações instigadas pelos estudiosos da área adentram para além-mar e fomentam indagações variadas, a exemplo: seria o contêiner pacote/caixa, parte do navio ou meio de transporte? Definida a linha conceitual, a demurrage seguiria regime jurídico autônomo e acessório ou autônomo e independente? Estar-se-ia diante de uma cláusula penal ou indenizatória?

Ao nosso intuir, conceituação mais apropriada seria considerar o contêiner como meio de transporte e, portanto, independente do navio ou da carga. A operação de transporte seria distinta da operação de fornecimento de contêiner por envolver diferentes funções, metas, objetivos, assim como díspares são a geração de direitos, obrigações e responsabilidades, exigindo termos e enquadramentos jurídicos próprios.

Quanto ao regime jurídico, a despeito de restar demonstrado serem instrumentos distintos, não há dúvidas quanto a perfeita simbiose e interdependência dos contratos de fornecimento de contêiner e de transporte. A abordagem que trata como autônomo e acessório oferece soluções mais concretas, eis que os termos específicos para suprimento de contêiner poderão ser aplicáveis quando (i) estes não entram em conflito com os termos de transporte, (ii) as condições de transporte não preveem qualquer solução, ou (iii) quando o contrato de transporte é inaplicável ao caso concreto. Logo, as decisões tomadas em relação ao fornecimento de contêiner têm impacto mais dilatado sobre motes ligados ao transporte.

Ademais, é visível que quando as partes pactuam montante indenizatório em contrato, esta estipulação nada mais é que uma cláusula penal cujo escopo é o de tangenciar dificuldades da liquidação das perdas e danos prefixando, de logo, no instrumento acordado, hipóteses e limites quantitativos, possíveis agravantes, atenuantes e exceções de responsabilidade.

O cenário de ebulição conceitual e finalística, conexo a redação de contratos imperfeitos, que deixam de delimitar com precisão o que é lei entre as partes, desaguam nos mares revoltos dos Tribunais brasileiros. No Maranhão, ante a timidez do setor no âmbito do Porto do Itaqui que, segundo dados da EMAP, movimentou no ano de 2018 singelos 12 TEUs e em 2017 nenhum, tais debates jurídicos são embrionários.

Ao realizar busca pela jurisprudência do TJMA, constatou-se que, muito embora estejamos diante de setor portuário tão imponente - para não dizer um dos mais importantes do país-, a temática não é trivial. Contudo, verifica-se que mesmo com os escassos julgados já proferidos na seara marítima, estes seguem a toada dos entendimentos majoritários dos demais tribunais nacionais ao considerar a cobrança de demurrage legal, ressaltando as hipóteses de valores abusivos ou imputação do pagamento da sobreestadia ao despachante aduaneiro.

Questiona-se a razão pela qual o Itaqui, com sua destacada localização geográfica e sendo o maior porto público do Brasil em profundidade apto, portanto, a receber navios cargueiros, não está inserido na rota dos contêineres? A resposta, talvez, resida na tese do equilíbrio entre carregamento e descarregamento da embarcação. Dever-se-ia, então, fomentar a exportação de produtos nacionais pelo Porto do Itaqui, evitando-se o “frete morto” (dead freight), tornando a operação de contêiner economicamente viável e, conseqüentemente, atrativa.

Em tempo, destaca-se que, historicamente, duas cadeias concentram o volume de cargas movimentadas pelo Brasil: produção de grãos - (exportação de soja e milho) - minérios de ferro, produtos petrolíferos (importação de diesel e gasolina). Neste contexto, o Porto do Itaqui é versado como “porto especializado”, vocacionado para movimentação de granéis sólidos e líquidos, destacando-se soja e milho (em virtude do investimento no Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM) e celulose, assim como movimentação de fertilizantes e combustíveis.

Considerando a vocação maranhense na produção de soja e milho, quiçá fosse viável, como saída imediata para implementação de rota de contêineres, que o Itaqui operasse tal como fez o Porto do Rio Grande, usando o contêiner também como meio de transporte da soja voltado para pequenos importadores e exportadores, com custo reduzido de frete marítimo e mais agilidade no envio.

Agita-se a perspectiva para desenhar o panorama da exportação sob medida, que atende ao mercado, alcança novos elos da cadeia produtiva, contorna deficiências estruturais, agilizando o escoamento da produção. E, por outra via, acende ambiente para o Porto Itaqui avançar na configuração de um porto multifuncional, apto a engrenar nas rotas de comércio dos que buscam economia de escala no transporte marítimo, aliada à redução dos custos dos produtos transportados.

Em tempo, há que se registrar rumores de que a realidade no Porto do Itaqui pode mudar. Perspectivas de retomar linhas regulares de contêineres - suspensas desde 2016 -, são ventiladas. Caso concretizadas serão, sem dúvidas, festejadas pelo mercado e por maritimistas.

Se o mundo pertence a quem se atreve, como dizia Charlie Chaplin...

Pós-Graduada em Direito Eleitoral; Mestranda em Ciências Jurídico-Políticas. E-mail: annagraziellasnc@hotmail.com

2 Advogada, Especialista em Gestão do Transporte Marítimo e Portos. E-mail: mcheluy@gmail.com

SESSÃO SOLENE - Procuradoria da Mulher é inaugurada na Câmara Municipal de São Luís

Publicado em maio 30, 2019 por Walkir Marinho

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), presidiu, na tarde desta quinta-feira, 30, a sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

Na solenidade, Osmar Filho declarou inaugurada a Procuradoria e empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher.

Sessão solene presidida por Osmar Filho foi realizada nesta quinta-feira

“Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade”, declarou Osmar Filho.

Ao ser empossada no cargo de procuradora, a vereadora Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora Bárbara Soeiro, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

“Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos”, ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

A mulher agora está representada de forma mais cidadã no Legislativo Municipal de São Luís

CIDADANIA - Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da

Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher, e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com a presença dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB) e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís, além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Após a sessão solene, aconteceu, no Salão Nobre da Câmara, o descerramento de uma placa alusiva à inauguração da Procuradoria da Mulher.

Para ampliar acessibilidade, mais um carrinho elétrico começa a funcionar no Centro Histórico de São Luís

Entregues a pouco mais de um mês à Prefeitura de São Luís, carrinhos elétricos estão possibilitando que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida possam trafegar por áreas do Centro Histórico da cidade. Nesta quinta-feira (30), mais um veículo foi entregue pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça ao poder público municipal. Além de facilitarem acesso a serviços públicos em órgãos como Câmara Municipal e Defensoria Pública, os três veículos possibilitam um passeio por ruas históricas da cidade. Usuários do novo serviço, que faz parte de um conjunto de esforços da gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior para favorecer a acessibilidade no Centro Histórico, aprovam a iniciativa.

O secretário municipal de Trânsito e Transportes, Canindé Barros, esteve presente na entrega do novo veículo. “É um projeto muito bom, que já está em funcionamento com o suporte da gestão municipal, que disponibiliza condutores e todo o apoio necessário para que esse serviço possa continuar beneficiando quem precisa”, destacou o titular da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

O terceiro carrinho é fruto de conciliação judicial com a TVN. O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça, Douglas Martins, conta que a proposta do serviço é contribuir com a revitalização do Centro Histórico. “É uma ação importante para facilitar o acesso de toda pessoa com problemas de locomoção. Mais que resolver um problema de acessibilidade, favorecemos o meio ambiente com um veículo ambientalmente adequado e promovemos, ainda, o turismo na cidade”, contou.

Os três veículos disponíveis partem das vagas especiais do estacionamento da Praia Grande e percorrem ruas como a Travessa Boa Ventura, a Rua da Estrela, trecho da Rua Portugal, Rua Djalma Dutra e a Rua da Feira da Praia Grande. Com a rota definida pela SMTT, a passagem por pontos estratégicos garante acesso a estabelecimentos e órgãos como Banco do Brasil, Câmara Municipal de São Luís, Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Caixa Econômica Federal e Centro de Criatividade Odylo Costa, filho.

Os carrinhos elétricos possuem também espaço para cadeirante e acompanhantes e são conduzidos por profissionais da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). No trajeto, o encanto do São João pelas Ruas Portugal e Djalma Dutra. Muita gente aproveita o serviço dos carrinhos elétricos para tirar foto com a decoração junina. “Nestes últimos dias levamos muitas pessoas com dificuldades de locomoção para ver as bandeirinhas que estão decorando as ruas do nosso Centro Histórico. Muita gente conseguiu tirar fotos e aproveitar bem o passeio. O movimento de pessoas usando o serviço tem sido muito bom”, contou o condutor Jailson Soares.

Menos mal, meu caro Pará Figueiredo

por Jorge Aragão

30 maio 2019

O Blog do Jorge Aragão, na postagem “A bola fora de Pará Figueiredo”, feita no dia 17 de maio, havia criticado o jovem deputado pela iniciativa equivocada de querer homenagear o próprio pai, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, concedendo a Medalha Manuel Beckman.

Obviamente que a repercussão foi a pior possível, pois apesar de não existir nenhuma ilegalidade na proposta, a homenagem acaba sendo banalizada e ficando sem valor algum para a maioria das pessoas, uma vez que ficará a impressão que José Joaquim só seria agraciado com a Medalha Manuel Beckman porque o seu filho, o deputado Pará Figueiredo, fez a solicitação.

Só que o Blog do Jorge Aragão, logo após a postagem, recebeu a informação de que a homenagem seria arquivada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, uma vez que a homenagem a José Joaquim já havia sido aprovada em 2018, através da iniciativa do próprio presidente do parlamento, Othelino Neto (PCdoB).

No entanto, é preciso destacar que o projeto de Pará Figueiredo também foi retirado de pauta, muito provavelmente por ter percebido que seria uma verdadeira “bola fora”.

Menos mal.

Adriano pede urgência no reajuste de servidores do TJ do MA

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) já protocolou na Assembleia Legislativa do Maranhão, requerimento solicitando tramitação em regime de urgência para discussão e votação do Projeto de Lei 18/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reajusta os vencimentos dos servidores do judiciário em 2,94%.

O requerimento deverá ser lido durante sessão plenária da Assembleia Legislativa do Maranhão, pela Mesa Diretora, na próxima segunda-feira (03/06), e votado pela Casa na terça-feira (04/06), caso haja quórum para deliberação.

O Projeto de Lei 18/2019 que altera a tabela de vencimentos dos servidores ativos e comissionados, aposentados e pensionistas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em 2,94% com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2019, foi aprovado no Pleno do TJMA no dia 19 de dezembro de 2018, e está tramitando na Assembleia Legislativa desde o mês de fevereiro de 2019.

O reajuste está contemplado no orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão, não havendo necessidade de suplementação de recursos pelo Executivo para a sua implantação, e nem motivos para a demora da análise do Projeto de Lei na Assembleia Legislativa, razão pela qual o deputado pediu urgência na matéria, e tem o apoio de todos servidores do judiciário e suas respectivas famílias.

Convite - O Sindjus-MA agradeceu a iniciativa deputado estadual Adriano Sarney e convida todos os servidores do judiciário a comparecerem às sessões da Assembleia Legislativa do Maranhão, da próxima segunda-feira (03), às 16h, e da terça-feira (04), às 9h, para acompanhar o requerimento de autoria do deputado que pede apreciação do Projeto de Lei 18/2019.

O Projeto de Lei 18/2019, de reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do poder judiciário, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, não repõe as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos em quase 20%. Mas, a iniciativa tem o apoio do Sindjus-MA, que espera ainda que os valores restantes sejam quitados no mais breve prazo possível.

Mais um feito da gestão Osmar Filho na Câmara de São Luís

por Jorge Aragão
31 maio 2019

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), presidiu, na tarde de quinta-feira, 30, a sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

Na solenidade, Osmar Filho declarou inaugurada a Procuradoria e empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher.

“Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade”, declarou Osmar Filho.

Ao ser empossada no cargo de procuradora, a vereadora Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora Bárbara Soeiro, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

“Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos”, ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

CIDADANIA - Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher, e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

“Trata-se de uma iniciativa louvável, no sentido de efetivar direitos e de ser, também, uma afirmação da

cidadania em toda a nossa cidade”, afirmou Sílvia Leite.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

“Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos – sem perder de vista a lutas dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI”, enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com a presença dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB) e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís, além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Após a sessão solene, aconteceu, no Salão Nobre da Câmara, o descerramento de uma placa alusiva à inauguração da Procuradoria da Mulher.

Ex-prefeita de Penalva é condenada a ressarcir dano e proibida de contratar com Poder Público

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a condenação da ex-prefeita do município de Penalva, Maria José Gama Alhadef, de ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 80.366,59, com juros e correção monetária, e de proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos. Os desembargadores do órgão entenderam que ficou caracterizado o ato de improbidade que resultou na sentença de primeira instância.

Na ação ajuizada na Justiça de 1º grau, o Ministério Público estadual (MPMA) alegou que a ex-prefeita teve sua tomada de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb), referente ao exercício financeiro de 2009, reprovada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Segundo o documento do TCE/MA, a então prefeita incorreu em diversas irregularidades em processos de licitação, bem como pela prática de gestão ilegal à norma legal de natureza contábil que resultou em multas e danos ao erário.

O Juízo de 1º grau acolheu o pedido do MPMA para condenar a ex-gestora pela prática dos atos de improbidade administrativa, determinando o ressarcimento do dano e a proibição de contratar com o Poder Público.

A ex-prefeita, por sua vez, sustentou que não há prova das alegações do Ministério Público e que não há dolo ou má-fé na conduta, elemento necessário à caracterização da improbidade.

VOTO - A relatora da apelação, desembargadora Angela Salazar, notou, no caso, que o Ministério Público demonstrou satisfatoriamente, por meio de provas robustas, que a apelante cometeu ato de improbidade.

Destacou que acórdão do TCE julgou irregulares as contas prestadas pela ex-prefeita, apontando que houve um dano ao erário municipal no valor de R\$ 80.366,59, em razão de irregularidades em diversos processos licitatórios, da ausência de documentos comprobatórios de despesas e de outras inúmeras infrações à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional.

A desembargadora entendeu no caso que, ainda que o agente público não tenha tido dolo de enriquecimento ilícito, causou, conscientemente, de forma dolosa, dano ao erário, em razão da realização de procedimentos licitatórios sem a devida legalidade, bem como deixando de comprovar as despesas efetuadas pelas verbas repassadas pelo Fundeb, o que acabou gerando o dano noticiado nos autos. Ressaltou que a recorrente não produziu prova no sentido de afastar as acusações que lhe foram feitas.

Por essas razões, a relatora manteve o reconhecimento da prática de improbidade, devendo a apelante responder às sanções impostas pelo Juízo de primeira instância: ressarcimento integral do dano; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos por cinco anos; pagar multa de dez vezes o valor da última

remuneração que recebeu quando era prefeita; e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.

Os desembargadores Jorge Rachid e Kleber Carvalho concordaram com o voto da relatora e também negaram provimento ao recurso da ex-prefeita.

Procuradoria da Mulher é inaugurada na Câmara Municipal de São Luís

By Mauro Garcia | 19:08 Comente

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), presidiu, na tarde desta quinta-feira, 30, a sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

Na solenidade, Osmar Filho declarou inaugurada a Procuradoria e empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher.

“Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade”, declarou Osmar Filho.

Ao ser empossada no cargo de procuradora, a vereadora Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora Bárbara Soeiro, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

“Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos”, ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

EM PROL DA CIDADANIA

Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher, e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

“Trata-se de uma iniciativa louvável, no sentido de efetivar direitos e de ser, também, uma afirmação da cidadania em toda a nossa cidade”, afirmou Sílvia Leite.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

“Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos - sem perder de vista a lutas dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI”, enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com a presença dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB) e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís, além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Após a sessão solene, aconteceu, no Salão Nobre da Câmara, o descerramento de uma placa alusiva à inauguração da Procuradoria da Mulher.

Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares celebra primeiro ano de fundação no MA, nesta sexta (31)

Nesta sexta-feira (31), a Associação Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares (AMCLAM) realiza a cerimônia em comemoração ao primeiro ano de fundação e atividades no Maranhão.

O evento será realizado no Panette Buffet (Avenida dos Holandeses - Calhau), a partir das 19h. Na ocasião, a diretoria da entidade fará o lançamento da Revista 'O Brigadiano' e está prevista, também, a execução oficial pela primeira vez do Hino da AMCLAM. Haverá, ainda, a entrega de Colar Acadêmico aos Acadêmicos da AMCLAM e shows com os saxofonistas Josué e Elmo.

Ainda como parte das celebrações, na última quarta-feira (29), o coronel Carlos Augusto Furtado fez uma palestra, na Livraria e Espaço Cultural AMEI (São Luís Shopping), sobre o ilustre Brigadeiro Falcão, patrono da PMMA e da Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares.

Estarão presentes membros da AMCLAM, secretários de estado, comandantes da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Forças Armadas, escritores, professores, historiadores e

Sobre a Academia de Ciências, Letras e Artes Militares

A Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares (AMCLAM) é a terceira no segmento a ser criada no país, integrando policiais e bombeiros militares das corporações estaduais militares, além de escritores, professores e historiadores renomados no estado, e que tem como objetivos: estimular, reconhecer, fomentar e valorizar a literatura e as artes em todos os níveis; incentivar e motivar os militares estaduais na produção de obras técnicas-profissionais, literárias e artísticas; promover parcerias constantes e fraternas com as instituições e sodalícios da literatura e da arte; intercambiar com centros de atividades culturais brasileiros e internacionais; entre outros.

Idealizada pelo Coronel Furtado da reserva remunerada da Polícia Militar, a instituição congrega cientistas sociais, literatos e artistas policiais e bombeiros militares, entre eles, o próprio coronel Furtado, historiador e escritor, com inúmeros trabalhos publicados, vários militares e doutores universitários, como o CPL Padre Meireles (do IHGM e ALL), o Juiz Alberto Tavares (da AML), o desembargador Vicente Castro, Professores Olímpio, Vera, Laércio e Marialva Mont'Alverne Frota, da UEMA; professor Teixeira, uma das maiores autoridades brasileiras na área de inteligência; Dr. Fuad, Raimundo Marques, que já foi Oficial da PMMA, Secretário de Segurança e Presidente da OAB-MA e da Academia de Letras Jurídicas.

Patroneam as cadeiras, oficiais e personalidades que deixaram verdadeiros legados à geração atual, através de grandes feitos e relevantes serviços à sociedade maranhense com destaque para o Brigadeiro Falcão, militar de inúmeras qualidades que foi o primeiro Comandante do Corpo Policial da Província do Maranhão, gênese da atual Polícia Militar do Maranhão e outros militares de ilibadas condutas como o Monsenhor Hélio Maranhão e o Alferes Tiradentes, Patrono das Polícias Militares.

SERVIÇO

O QUÊ: Comemoração de aniversário de fundação da AMCLAM

QUANDO: Hoje, Sexta-feira, 31 de maio, a partir das 19h

ONDE: Panette Buffet - Calhau

Contato: Cel PMMA RR Carlos FURTADO

Presidente da AMCLAM

(98) 991926747

academiaamclam@gmail.com

O post Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares celebra primeiro ano de fundação no MA, nesta sexta (31) apareceu primeiro em Neto Cruz.

Ex-prefeita de Penalva é condenada por improbidade

Publicado em maio 31, 2019 por Paulo Roberto

Resultado de imagem para ex-prefeita do município de Penalva, Maria JosÃ© Gama Alhadeff,

A Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a condenação da ex-prefeita do município de Penalva, Maria José Gama Alhadeff, de ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 80.366,59, com juros e correção monetária, e de proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos. Os desembargadores do órgão entenderam que ficou caracterizado o ato de improbidade que resultou na sentença de primeira instância.

Na ação ajuizada na Justiça de 1º grau, o Ministério Público estadual (MPMA) alegou que a ex-prefeita teve sua tomada de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb), referente ao exercício financeiro de 2009, reprovada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Segundo o documento do TCE/MA, a então prefeita incorreu em diversas irregularidades em processos de licitação, bem como pela prática de gestão ilegal à norma legal de natureza contábil que resultou em multas e danos ao erário.

O Juízo de 1º grau acolheu o pedido do MPMA para condenar a ex-gestora pela prática dos atos de improbidade administrativa, determinando o ressarcimento do dano e a proibição de contratar com o Poder Público.

A ex-prefeita, por sua vez, sustentou que não há prova das alegações do Ministério Público e que não há dolo ou má-fé na conduta, elemento necessário à caracterização da improbidade.

A relatora da apelação, desembargadora Angela Salazar, notou, no caso, que o Ministério Público demonstrou satisfatoriamente, por meio de provas robustas, que a apelante cometeu ato de improbidade.

Destacou que acórdão do TCE julgou irregulares as contas prestadas pela ex-prefeita, apontando que houve um dano ao erário municipal no valor de R\$ 80.366,59, em razão de irregularidades em diversos processos licitatórios, da ausência de documentos comprobatórios de despesas e de outras inúmeras infrações à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional.

A desembargadora entendeu no caso que, ainda que o agente público não tenha tido dolo de enriquecimento ilícito, causou, conscientemente, de forma dolosa, dano ao erário, em razão da realização de procedimentos licitatórios sem a devida legalidade, bem como deixando de comprovar as despesas efetuadas pelas verbas repassadas pelo Fundeb, o que acabou gerando o dano noticiado nos autos. Ressaltou que a recorrente não produziu prova no sentido de afastar as acusações que lhe foram feitas.

Por essas razões, a relatora manteve o reconhecimento da prática de improbidade, devendo a apelante responder às sanções impostas pelo Juízo de primeira instância: ressarcimento integral do dano; perda da

função pública; suspensão dos direitos políticos por cinco anos; pagar multa de dez vezes o valor da última remuneração que recebeu quando era prefeita; e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.

Procuradoria da Mulher é inaugurada na Câmara Municipal de São Luís

Publicado em maio 30, 2019 por Paulo Roberto

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), presidiu, na tarde desta quinta-feira, 30, a sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

Na solenidade, Osmar Filho declarou inaugurada a Procuradoria e empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher.

“Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade”, declarou Osmar Filho.

Ao ser empossada no cargo de procuradora, a vereadora Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora Bárbara Soeiro, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

“Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos”, ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher, e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

“Trata-se de uma iniciativa louvável, no sentido de efetivar direitos e de ser, também, uma afirmação da cidadania em toda a nossa cidade”, afirmou Sílvia Leite.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

“Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos - sem perder de vista a lutas dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI”, enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com a presença dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB) e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís, além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Após a sessão solene, aconteceu, no Salão Nobre da Câmara, o descerramento de uma placa alusiva à inauguração da Procuradoria da Mulher.

Mais um carrinho elétrico começa a funcionar no Centro Histórico de São Luís

Em 31 de maio de 2019

Entregues a pouco mais de um mês à Prefeitura de São Luís, carrinhos elétricos estão possibilitando que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida possam trafegar por áreas do Centro Histórico da cidade. Nesta quinta-feira (30), mais um veículo foi entregue pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça ao poder público municipal. Além de facilitarem acesso a serviços públicos em órgãos como Câmara Municipal e Defensoria Pública, os três veículos possibilitam um passeio por ruas históricas da cidade. Usuários do novo serviço, que faz parte de um conjunto de esforços da gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior para favorecer a acessibilidade no Centro Histórico, aprovam a iniciativa.

O secretário municipal de Trânsito e Transportes, Canindé Barros, esteve presente na entrega do novo veículo. “É um projeto muito bom, que já está em funcionamento com o suporte da gestão municipal, que disponibiliza condutores e todo o apoio necessário para que esse serviço possa continuar beneficiando quem precisa”, destacou o titular da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

O terceiro carrinho é fruto de conciliação judicial com a TVN. O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça, Douglas Martins, conta que a proposta do serviço é contribuir com a revitalização do Centro Histórico. “É uma ação importante para facilitar o acesso de toda pessoa com problemas de locomoção. Mais que resolver um problema de acessibilidade, favorecemos o meio ambiente com um veículo ambientalmente adequado e promovemos, ainda, o turismo na cidade”, contou.

Também acompanharam a entrega do novo veículo o secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Mádison Leonardo Andrade; o secretário adjunto de Trânsito e Transportes, Israel Pethros; o defensor Público-Geral do Estado do Maranhão, Alberto Bastos; e o desembargador Jorge Rachid.

Os três veículos disponíveis partem das vagas especiais do estacionamento da Praia Grande e percorrem ruas como a Travessa Boa Ventura, a Rua da Estrela, trecho da Rua Portugal, Rua Djalma Dutra e a Rua da Feira da Praia Grande. Com a rota definida pela SMTT, a passagem por pontos estratégicos garante acesso a estabelecimentos e órgãos como Banco do Brasil, Câmara Municipal de São Luís, Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Caixa Econômica Federal e Centro de Criatividade Odylo Costa, filho.

Os carrinhos elétricos possuem também espaço para cadeirante e acompanhantes e são conduzidos por profissionais da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). No trajeto, o encanto do São João pelas Ruas Portugal e Djalma Dutra. Muita gente aproveita o serviço dos carrinhos elétricos para tirar foto com a decoração junina. “Nestes últimos dias levamos muitas pessoas com dificuldades de locomoção para ver as bandeirinhas que estão decorando as ruas do nosso Centro Histórico. Muita gente conseguiu tirar fotos e aproveitar bem o passeio. O movimento de pessoas usando o serviço tem sido muito bom”, contou o condutor Jailson Soares.

“Tá bom demais. Eu nunca tinha usado e achei muito bom. Vim resolver uns problemas na Defensoria e

aproveitei para passear. Gostei bastante”, disse Valderice Rodrigues, 49 anos, que mora em Timon e estava de passagem pelo Centro da Capital. A passageira aproveitou a comodidade para chegar com maior facilidade ao órgão público e parabenizou a iniciativa e a execução do serviço, que também favorece o turismo acessível e inclusivo.

Muitas pessoas têm se beneficiado com o novo serviço. “É maravilhoso. Não sabia que tinha esse carro aqui com acessibilidade e fiquei surpresa. Meu filho é especial e essa é uma oportunidade de facilitar o trajeto”, contou a moradora de São Luís e servidora pública aposentada, Irlene Gomes.

Gaeco e Polícia Civil cumprem mandado de prisão contra ex-prefeito do MA

Na manhã desta quarta-feira, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, o 1º Departamento de Combate à Corrupção e a Superintendência da Polícia Civil do Interior realizaram a Operação Cidade Limpa, cumprindo três mandados de prisão temporária nas cidades de Imperatriz e Bacabal.

Foram alvos das prisões o ex-prefeito de Esperantinópolis Raimundo Jovita de Arruda Bonfim, conhecido como Dr. Raimundinho; o ex-secretário municipal de Administração Márcio Alencar Silveira e o sócio da empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, Rodrigo Túlio Freitas Viana, conhecido como Rodrigo Rico ou Rodrigo Ostentação.

Os mandados foram expedidos pela Justiça da Comarca de Esperantinópolis, que atendeu ao pedido formulado pela Promotoria de Justiça da referida comarca.

DESVIOS

De acordo com a investigação do MPMA, no início do ano de 2015, a administração municipal de Esperantinópolis realizou uma licitação, no modelo pregão presencial, para a prestação do serviço de limpeza urbana, que resultou na contratação da empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, cujos sócios eram, à época, Rodrigo Túlio Freitas Viana e Samuel Karlos Araújo Nobre, pelo valor aproximado de R\$1.230.000,00.

Conforme a apuração realizada até o momento, há fortes indícios de fraude na realização do referido procedimento licitatório, especialmente pela ausência de comprovação de publicidade e pela constatação de que os documentos foram juntados aos autos sem obedecer ordem cronológica e sem ter sido numerados adequadamente, demonstrando ter ocorrido uma montagem.

Posteriormente, foi constatado que algumas cláusulas do contrato não eram compatíveis com a natureza do serviço de limpeza pública.

Foi apurado, ainda, que, embora o contrato previsse que todas as despesas com os empregados seria de responsabilidade da empresa, era utilizada mão de obra de vários servidores públicos, bem como de pessoas indicadas diretamente pelo ex-prefeito.

Com o aprofundamento das investigações, foi comprovado que a A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, na mesma gestão, celebrou outros contratos com o Município de Esperantinópolis, sem que os serviços fossem efetivamente prestados, totalizando aproximadamente R\$ 6.243.000,00, dos quais grande parte foi desviada e repassada a diversas pessoas, dentre os quais familiares do ex-prefeito, do ex-secretário, além de vereadores da época.

O Ministério Público também atestou que a empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos sequer detinha capacidade técnica para executar os serviços para os quais foi contratada, porque era proprietária de apenas três veículos, insuficientes para atender ao serviço de locação de várias secretarias e incompatíveis com a atividade de limpeza pública.

Além disso, a empresa investigada não tinha empregados em seus quadros, evidenciando ser verdadeira empresa de fachada, destinada apenas a intermediar o desvio de verbas públicas.

Adriano pede urgência no reajuste de servidores do TJ

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) protocolou, nesta quinta-feira (30), na Assembleia Legislativa do Maranhão, requerimento solicitando tramitação em regime de urgência para discussão e votação do Projeto de Lei 18/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reajusta os vencimentos dos servidores do judiciário em 2,94%.

O requerimento deverá ser lido durante sessão plenária da Assembleia Legislativa do Maranhão, pela Mesa Diretora, na próxima segunda-feira (03/06), e votado pela Casa na terça-feira (04/06), caso haja quórum para deliberação.

O Projeto de Lei 18/2019 que altera a tabela de vencimentos dos servidores ativos e comissionados, aposentados e pensionistas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em 2,94% com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2019, foi aprovado no Pleno do TJMA no dia 19 de dezembro de 2018, e está tramitando na Assembleia Legislativa desde o mês de fevereiro de 2019.

O reajuste está contemplado no orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão, não havendo necessidade de suplementação de recursos pelo Executivo para a sua implantação, e nem motivos para a demora da análise do Projeto de Lei na Assembleia Legislativa, razão pela qual o deputado pediu urgência na matéria, e tem o apoio de todos servidores do judiciário e suas respectivas famílias.

Convite

O Sindjus-MA agradece a iniciativa deputado estadual Adriano Sarney e convida todos os servidores do judiciário a comparecerem às sessões da Assembleia Legislativa do Maranhão, da próxima segunda-feira (03), às 16h, e da terça-feira (04), às 9h, para acompanhar o requerimento de autoria do deputado que pede apreciação do Projeto de Lei 18/2019.

O Projeto de Lei 18/2019, de reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do poder judiciário, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, não repõe as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos em quase 20%. Mas, a iniciativa tem o apoio do Sindjus-MA, que espera ainda que os valores restantes sejam quitados no mais breve prazo possível.

Foto: Agência Assembleia

Procuradoria da Mulher é instalada na Câmara

Por Zeca Soares • quinta-feira, 30 de maio de 2019

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), comandou, na tarde desta quinta-feira (30), sessão solene que marcou a instalação da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

A implantação do órgão é mais uma iniciativa pioneira da gestão do pedetista e integra as ações comemorativas em alusão aos 400 anos da Casa.

Na solenidade, Osmar Filho empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher. Ele terá como companheiras de trabalho no órgão as vereadoras Concita Pinto (Patriotas) e Fátima Araújo (PC do B).

“Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade”, declarou o presidente, que participou do evento acompanhado da sua esposa, Clara Gomes.

Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís. O órgão tem como atribuições zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher; bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

“Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos”, ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

Cidadania

Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

“Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos – sem perder de vista a luta dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI”, enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com as presenças dos vereadores Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB); e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa; a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís; o secretário municipal de Relações Institucionais, Nonato Chocolate; além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Foto: Divulgação

Gaeco e Polícia Civil cumprem três mandados de prisão temporária

Na manhã desta quarta-feira, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, o 1º Departamento de Combate à Corrupção e a Superintendência da Polícia Civil do Interior realizaram a Operação Cidade Limpa, cumprindo três mandados de prisão temporária nas cidades de Imperatriz, Esperantinópolis e Bacabal.

Foram alvos das prisões o ex-prefeito de Esperantinópolis Raimundo Jovita de Arruda Bonfim, conhecido como Dr. Raimundinho; o ex-secretário municipal de Administração Márcio Alencar Silveira e o sócio da empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, Rodrigo Túlio Freitas Viana, conhecido como Rodrigo Rico ou Rodrigo Ostentação.

Os mandados foram expedidos pela Justiça da Comarca de Esperantinópolis, que atendeu ao pedido formulado pela Promotoria de Justiça da referida comarca.

DESVIOS

De acordo com a investigação do MPMA, no início do ano de 2015, a administração municipal de Esperantinópolis realizou uma licitação, no modelo pregão presencial, para a prestação do serviço de limpeza urbana, que resultou na contratação da empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, cujos sócios eram, à época, Rodrigo Túlio Freitas Viana e Samuel Karlos Araújo Nobre, pelo valor aproximado de R\$1.230.000,00.

Conforme a apuração realizada até o momento, há fortes indícios de fraude na realização do referido procedimento licitatório, especialmente pela ausência de comprovação de publicidade e pela constatação de que os documentos foram juntados aos autos sem obedecer ordem cronológica e sem ter sido numerados adequadamente, demonstrando ter ocorrido uma montagem.

Posteriormente, foi constatado que algumas cláusulas do contrato não eram compatíveis com a natureza do serviço de limpeza pública.

Foi apurado, ainda, que, embora o contrato previsse que todas as despesas com os empregados seria de responsabilidade da empresa, era utilizada mão de obra de vários servidores públicos, bem como de pessoas indicadas diretamente pelo ex-prefeito.

Com o aprofundamento das investigações, foi comprovado que a A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, na mesma gestão, celebrou outros contratos com o Município de Esperantinópolis, sem que os serviços fossem efetivamente prestados, totalizando aproximadamente R\$ 6.243.000,00, dos quais grande parte foi desviada e repassada a diversas pessoas, dentre os quais familiares do ex-prefeito, do ex-secretário, além de vereadores da época.

O Ministério Público também atestou que a empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos sequer detinha

capacidade técnica para executar os serviços para os quais foi contratada, porque era proprietária de apenas três veículos, insuficientes para atender ao serviço de locação de várias secretarias e incompatíveis com a atividade de limpeza pública.

Além disso, a empresa investigada não tinha empregados em seus quadros, evidenciando ser verdadeira empresa de fachada, destinada apenas a intermediar o desvio de verbas públicas.

Redação: CCOM-MPMA

Fórum de São Luís encerra campanha sobre hepatite

SÃO LUÍS/MA - A Campanha “Maio Vermelho” de combate à hepatite foi encerrada no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) com a palestra sobre hepatites virais, ministrada pela médica hepatologista e gastroenterologista do Hospital Universitário Presidente Dutra, Ana Leatrice Sampaio. Houve também testagem rápida dos tipos B e C da doença.

Ao fazer a abertura do evento, na última terça-feira (28), no auditório do Fórum Des. Sarney Costa, a diretora do órgão, juíza Diva Maria de Barros Mendes, disse que o objetivo foi fornecer informações sobre as hepatites, no sentido de conscientizar magistrados, servidores e o público em geral sobre o diagnóstico e o tratamento e a necessidade de prevenção dessas doenças.

Conforme a médica Ana Leatrice Sampaio, a hepatite é um termo genérico que significa a inflamação no fígado. Pode ser causada por medicamentos, doenças autoimunes, metabólicas e genéticas, álcool substâncias tóxicas e vírus. São classificados por letras do alfabeto em A, B, C, D (Delta) e E.

A especialista explicou sobre os tipos de hepatites e relacionou as condições de saneamento básico da população com a incidência da doença. Ela também apresentou resultados de estudo (2008/2009) sobre a prevalência das hepatites virais nas capitais brasileiras e outro realizado em São Luís (2002/2004). Também mostrou dados do estudo sobre hepatites B, C e D, feito pela Universidade Federal do Maranhão, nos municípios maranhenses de Urbano Santos, Humberto de Campos, Axixá, Morros e Icatu, áreas de maior incidência no estado.

Com ênfase nas hepatites A, B e C, a médica mostrou as formas de prevenção, transmissão e o tratamento da doença e esclareceu sobre o uso de vacinas.

Em relação à hepatite B, a especialista alertou que, pelo fato de ser uma doença sexualmente transmissível, é muito importante também que o parceiro faça a testagem para esse tipo da doença que ainda não tem cura, mas há medicamentos efetivos para controle e a prevenção com vacina. Além da sexual, as formas de transmissão também são a perinatal e parenteral. Quanto às medidas de controle são a vacinação, que é universal no Brasil desde 2016; profilaxia pós-exposição (HBIG); prevenção de DST; e bio-segurança em estabelecimentos de saúde. A meta é erradicar, até 2030, a hepatite B no mundo.

Ao explicar sobre a hepatite C, Ana Leatrice Sampaio disse que a transmissão é predominantemente parenteral (contato com material contaminado), materno-fetal e sexual (indireta) e mostrou, ainda, a evolução desse tipo da doença: forma aguda, crônica, fibrose cirrose e até evoluir para um câncer. Ela ressaltou que o vírus foi descoberto na década de 80 e já na década de 90 começaram as testagens nos bancos de sangue no país. A prevalência é em pessoas de 40 a 70 anos de idade, por isso a população nessa faixa etária é o foco dos testes da hepatite C. Segundo a médica, a previsão é erradicar esse tipo da doença nos próximos anos.

Sobre a hepatite A, a médica destacou as formas de prevenção da doença, enfatizando o saneamento básico,

ações de educação e higiene e a vacinação. Ela disse que esse tipo da doença ainda é um grave problema nos países em desenvolvimento e está relacionado ao saneamento básico.

“Vocês podem ser multiplicadores dessas informações que receberam aqui. Repassem aos seus familiares, amigos e colegas de trabalho”, disse Ana Leatrice Sampaio. A hepatologista e professora da UFMA destacou que há um desafio em relação à hepatite no Brasil que é diagnosticar e tratar cerca de 700 mil pessoas.

APOIO - O evento “Maio Vermelho” contou com o apoio do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça e parceria da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís e Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau). Em 19 de maio é celebrado o Dia Mundial de Combate a Hepatite e, no Brasil, o Dia Nacional de Combate as Hepatites, sendo o mês denominado de “Maio Vermelho”, com ações de prevenção e diagnóstico da doença.

Testagem gratuita de hepatite B e C

O advogado Itamar Ferreira acompanhou a palestra e depois fez o teste de hepatite B e C, disponibilizado gratuitamente aos participantes do evento, no Fórum de São Luís. Ele contou que teve um irmão diagnosticado ainda criança com o tipo B da doença e, já na idade adulta, com o tipo C, deixando a família em alerta. “Isso nos levou a tomar maior cuidado, realizando medidas de prevenção. Eventos como esse são muito importantes para esclarecimento da população”, afirmou o advogado.

Quem também aproveitou e fez o teste foi a servidora Maria José Garcês. Ela conta que quando muito jovem teve hepatite. “Esta é uma oportunidade das pessoas saberem mais sobre a doença e as formas de prevenção. Devemos levar essas informações para o máximo de pessoas possível”, acrescentou.

O funcionário terceirizado do Fórum, Carlos Edney Costa, também assistiu atentamente à palestra e fez a testagem. “Tenho 46 anos e nunca havia realizado o teste de hepatite. O que mais me chamou a atenção foram as formas de transmissão da hepatite e saber que podemos nos prevenir”, afirmou.

LEGISLATIVO LUDOVICENSE: PROCURADORIA DA MULHER É INAUGURADA NA CÂMARA MUNICIPAL

09:09 | Postado por Equipe Baluarte | |

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho, presidiu, na tarde desta quinta-feira, a sessão solene que marcou a...

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT), presidiu, na tarde desta quinta-feira, 30, a sessão solene que marcou a inauguração da Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres.

Na solenidade, Osmar Filho declarou inaugurada a Procuradoria e empossou a vereadora Bárbara Soeiro (PSC) no cargo de procuradora da Mulher.

“Para nossa alegria, esta é uma festa bonita, concorrida e bem prestigiada, e também muito simbólica, porque demonstra que a nossa Casa tem apreço e busca a valorização da mulher. E como hoje é também uma data especial, esta é uma forma de o nosso Parlamento municipal homenagear todas as mulheres desta nossa cidade”, declarou Osmar Filho.

Procuradoria da Mulher é inaugurada na Câmara Municipal de São Luís

PROCURADORIA DA MULHER Após a sessão solene, aconteceu, no Salão Nobre da Câmara, o descerramento de uma placa alusiva à inauguração da...

Ao ser empossada no cargo de procuradora, a vereadora Bárbara Soeiro explicou que a Procuradoria da Mulher foi criada através do Projeto de Resolução Nº 13/2017, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara de São Luís.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher.

De acordo com a vereadora Bárbara Soeiro, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando na Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família. O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito do município de São Luís.

“Esta nossa Procuradoria representa, a partir de agora, um palco de debate das políticas de gênero. Ela também dá mais apoio e empodera as vereadoras aqui da nossa Casa nas suas discussões e falas em defesa das mulheres e dos cidadãos”, ressaltou Bárbara Soeiro, ao lado das vereadoras Concita Pinto (Patriota) e Fátima Araújo (PCdoB).

EM PROL DA CIDADANIA

Após o discurso proferido pela vereadora Bárbara Soeiro, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Sílvia Leite, fez uso da palavra, na condição de representante dos movimentos feministas. Ela parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar e instalar a Procuradoria da Mulher, e disse que foi uma feliz escolha a indicação da vereadora Bárbara Soeiro para ocupar o cargo.

“Trata-se de uma iniciativa louvável, no sentido de efetivar direitos e de ser, também, uma afirmação da cidadania em toda a nossa cidade”, afirmou Sílvia Leite.

A coordenadora de Delegacias da Mulher, delegada Kazumi de Jesus, ressaltou a importância desse momento na vida do Parlamento ludovicense:

“Para nós, esta cerimônia é também uma forma de registro da solidariedade às lutas das mulheres em todos os tempos - sem perder de vista a lutas dos dias de hoje, quando se observa ainda há muitas mulheres violentadas, discriminadas, torturadas e oprimidas em pleno século XXI”, enfatizou Kazumi de Jesus.

A sessão solene, realizada no Plenário Simão Estácio da Silveira, contou ainda com a presença dos vereadores

Raimundo Penha (PDT), Nato Júnior (PP), Sá Marques (PHS) e Ricardo Diniz (PRTB) e dos ex-vereadores José Joaquim e Rose Sales.

Também participaram da solenidade a deputada Helena Duailibe, procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça, Camila Vasconcelos Holanda, primeira-dama de São Luís, além de representantes do Poder Judiciário, da Polícia Militar do Estado, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), dentre outros órgãos, e de um grande número de dirigentes e militantes de entidades do movimento de mulheres na Ilha de São Luís.

Após a sessão solene, aconteceu, no Salão Nobre da Câmara, o descerramento de uma placa alusiva à inauguração da Procuradoria da Mulher.

Adriano pede urgência no reajuste de servidores do TJMA

Assecom / Dep. Adriano Sarney

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) protocolou, na quinta-feira (30), na Assembleia Legislativa do Maranhão, requerimento solicitando tramitação, em regime de urgência, para discussão e votação do Projeto de Lei 18/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reajusta os vencimentos dos servidores do Judiciário em 2,94%.

O requerimento deverá ser lido durante sessão plenária, pela Mesa Diretora, na próxima segunda-feira (3), e votado pela Casa na terça-feira (4), caso haja quórum para deliberação.

O Projeto de Lei 18/2019, que altera a tabela de vencimentos dos servidores ativos e comissionados, aposentados e pensionistas do Tribunal de Justiça do Maranhão em 2,94%, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2019, foi aprovado no Pleno do TJMA no dia 19 de dezembro de 2018, e está tramitando na Assembleia Legislativa desde o mês de fevereiro de 2019.

O reajuste está contemplado no orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão, não havendo necessidade de suplementação de recursos pelo Executivo para a sua implantação, e nem motivos para a demora da análise do projeto de lei na Assembleia Legislativa, razão pela qual o deputado pediu urgência na matéria e tem o apoio de todos servidores do Judiciário e suas respectivas famílias.

Convite

O Sindjus-MA agradece a iniciativa deputado estadual Adriano Sarney e convida todos os servidores do judiciário a comparecerem às sessões da Assembleia Legislativa do Maranhão, na próxima segunda-feira (3), às 16h, e na terça-feira (4), às 9h, para acompanhar o requerimento de autoria do deputado, que pede apreciação do Projeto de Lei 18/2019.

O Projeto de Lei 18/2019, que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário em 2,94%, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, não repõe as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos em quase 20%. Mas, a iniciativa tem o apoio do Sindjus-MA, que espera, ainda, que os valores restantes sejam quitados no mais breve prazo possível.

Homem se apresenta à polícia após agredir vendedor em loja no MA

Messias da Conceição de Paiva foi flagrado agredindo um vendedor de uma loja em Santa Inês; Ele prestou depoimento na quinta (30) acompanhado de um advogado.

Por G1 MA — São Luís

31/05/2019 07h54 Atualizado há 3 horas

Homem suspeito de agredir vendedor em loja em Santa Inês se apresenta a polícia

Um homem identificado como Messias da Conceição de Paiva se apresentou à polícia na quinta-feira (30) após ser flagrado agredindo um vendedor de uma loja no município de Santa Inês, a 250 km de São Luís. Ele prestou depoimento acompanhado de um advogado.

As imagens da agressão de Messias da Conceição contra o vendedor, que não teve a sua identidade revelada, ocorrida na Rua do Comércio, área do centro comercial de Santa Inês, foram gravadas por quem passava pelo local e ganharam repercussão após serem compartilhadas nas redes sociais.

Durante as agressões, os colegas de trabalho da vítima ainda tentaram ajudar o vendedor, mas o agressor não permitiu. A vítima que tem um porte físico bem menor que Messias apenas tentou se defender, mas não obteve sucesso. De acordo com a polícia, antes de ir embora o agressor ainda xingou o funcionário da loja e o ameaçou, caso ele procurasse a polícia

O delegado Regional de Santa Inês e responsável pelo caso, Elson Ramos, suspeita que Messias da Conceição de Paiva bateu no vendedor por engano. O delegado acrescenta que as cenas da ação criminal serão anexadas e encaminhadas à Justiça a fim de que seja aberto um inquérito policial.

“Ele teria agredido também uma funcionária da loja e segundo informações essa agressão seria direcionada a outra pessoa; quer dizer, ele procurou se acercar se aquela pessoa que ele estava batendo era a pessoa que ele estava com problemas e que da mesma forma era errado, mas a vítima teria apanhado sem ter feito nada e nem se defendeu. A gente fica chocado com as cenas e vai ser tudo encaminhado para a Justiça as cenas dessa violência, e vai ser ouvido e encaminhado para o procedimento”, disse o delegado Elson Ramos.

Justiça prorroga prisão de PMs suspeitos de integrar milícia no Maranhão

Suspeitos ficarão presos temporariamente por mais 30 dias. Cinco policiais continuam presos por suspeita de integrar milícia armada que atuava em vários municípios da região dos Cocais.

A 1ª Vara Criminal da Capital, competente para apuração de crimes praticados por organizações criminosas, prorrogou por mais 30 dias a prisão temporária de oito suspeitos de integrar, segundo a polícia, uma milícia armada que atuava em Aldeias Altas, Caxias e outros municípios da macrorregião dos Cocais.

De acordo com a Polícia Civil, o tempo a mais de prisão é para reunir mais elementos de convicção para que seja feito o indiciamento de todos. Os oito suspeitos foram presos em operação realizada no dia 30 de abril. Dentre eles, estão cinco policiais militares.

Presos que não eram policiais

Santo da Conceição Silva (Paulo Bala)

Cicero da Silva

Antônio Simeão dos Santos

Presos membros da Polícia Militar

Enedino Silva

Raimundo Nonato Lima Chaves

Sérgio Adriano Gomes Nunes

Evandro Oliveira Santos

Walmara Mourão Carvalho

As investigações seguem a cargo do Departamento de Proteção à Pessoa e Departamento de Homicídios do Interior da SHPP.

Assassino do cantor André Lobo em São Luís é condenado a 26 anos

Crime aconteceu em 2014, na Estrada de Ribamar. Glaubson Maranhão disparou quatro tiros contra o músico após uma discussão de trânsito

Assassino do cantor André Lobo em São Luís é condenado a 26 anos

G1 MA

30/05/2019 15:49 atualizado em 30/05/2019 15:52

Glaubson Maranhão dos Santos foi condenado a 26 anos de prisão em regime fechado pelos crimes de homicídio qualificado contra o cantor André Lins Martins Gonçalves (André Lobo) e pela tentativa de homicídio de Teresa Gomes da Silva e Souza.

Em maio de 2014, André Lobo e Teresa Gomes estavam em um carro e voltavam de uma festa na Estrada de Ribamar quando outro carro avançou e bateu no veículo. Segundo testemunhas, André desceu do carro e pediu para chamar a perícia, mas Glaubson, que estava no outro veículo, desceu e atirou na perna de Teresa.

Também houve briga e o músico acabou atingido por quatro tiros disparados por Glaubson. André foi socorrido, mas acabou morrendo. O motorista que provocou o acidente deixou o local do crime antes dos tiros.

Glaubson foi preso em setembro em Itapecuru-Mirim e tentou reagir à prisão e ficou ferido durante confronto com os policiais.

Julgamento

A sessão de julgamento de quarta (29) foi presidida pelo juiz Osmar Gomes dos Santos que responde pela 4ª Vara do Tribunal do Júri. A pena de Glaubson deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, sendo negado o direito do réu recorrer em liberdade.

Em São Paulo

Servidores das Assessorias de Comunicação do Poder Judiciário no Maranhão participam, desde quarta-feira, do XV Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça. O evento ocorre em São Paulo e tem como tema “Inovação, criatividade e diversidade em comunicação pública”.

Em São Paulo 2

Estão presentes no Congresso, Andréa Colins e Roberta Gomes (Assessoria do TJ), Juliana Mendes e Heider Lucena (Corregedoria) e Irma Helenn (Escola da Magistratura). Além delas, participam do evento as comunicadoras Amanda Mousinho (TRE) e Edivânia Kátia, do Tribunal Regional do Trabalho, uma das fundadoras do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, organizador do evento.

Publicação jurídica

Vem aí a segunda edição de um livro que deve servir de consulta e orientação para todos que trabalham com as contas públicas, seja na esfera municipal, estadual ou federal: “Tribunal de Contas e o Controle Externo”, de autoria do advogado e auditor fiscal do TCE/MA Daniel Domingues de Sousa Filho.

O livro contém as principais decisões do Supremo Tribunal Federal (incluindo súmulas vinculantes), STJ, TCU e TCE-MA, de forma a dar ao leitor uma completa abordagem sobre o tema.

Publicação jurídica 2

A segunda edição do livro traz a Lei Orgânica do TEC/MA, que sofreu alterações em 2007 e 2011, onde o autor também comenta e faz anotações remissivas ao regimento interno, ao processo civil e às demais normas internas do tribunal.

O mesmo ocorre em relação à Constituição Federal e ao Código de Processo Civil, sendo apto a ser utilizado por qualquer operador do direito.

O lançamento tem data marcada para o próximo dia 7 de junho, na sede da OAB/MA.

Adriano pede urgência no reajuste de servidores do TJMA

Reajuste é de 2,94% e está em tramitação na Assembleia Legislativa

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) protocolou, nesta quinta-feira (30), na Assembleia Legislativa do Maranhão, requerimento solicitando tramitação em regime de urgência para discussão e votação do Projeto de Lei 18/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reajusta os vencimentos dos servidores do judiciário em 2,94%.

O requerimento deverá ser lido durante sessão plenária da Assembleia Legislativa do Maranhão, pela Mesa Diretora, na próxima segunda-feira (03/06), e votado pela Casa na terça-feira (04/06), caso haja quórum para deliberação.

O Projeto de Lei 18/2019 que altera a tabela de vencimentos dos servidores ativos e comissionados, aposentados e pensionistas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em 2,94% com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2019, foi aprovado no Pleno do TJMA no dia 19 de dezembro de 2018, e está tramitando na Assembleia Legislativa desde o mês de fevereiro de 2019.

O reajuste está contemplado no orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão, não havendo necessidade de suplementação de recursos pelo Executivo para a sua implantação, e nem motivos para a demora da análise do Projeto de Lei na Assembleia Legislativa, razão pela qual o deputado pediu urgência na matéria, e tem o apoio de todos servidores do judiciário e suas respectivas famílias.

Convite

O Sindjus-MA agradece a iniciativa deputado estadual Adriano Sarney e convida todos os servidores do judiciário a comparecerem às sessões da Assembleia Legislativa do Maranhão, da próxima segunda-feira (03), às 16h, e da terça-feira (04), às 9h, para acompanhar o requerimento de autoria do deputado que pede apreciação do Projeto de Lei 18/2019.

O Projeto de Lei 18/2019, de reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do poder judiciário, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, não repõe as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos em quase 20%. Mas, a iniciativa tem o apoio do Sindjus-MA, que espera ainda que os valores restantes sejam quitados no mais breve prazo possível.

Mandante da morte de sargento da Polícia Militar é condenado

Dezoito anos é quanto Isaías dos Santos terá que cumprir no Complexo de Pedrinhas por ter mandado matar o sargento Francisco das Chagas, em 2016

SÃO LUÍS - O Poder Judiciário condenou, ontem, o faccionado Isaías dos Santos Pereira a 18 anos de prisão em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O réu está preso desde abril de 2017 acusado de ser o mandante do assassinato do sargento da Polícia Militar, Francisco das Chagas Coelho, fato ocorrido no dia 8 de novembro de 2016, na área da Matinha, em São José de Ribamar.

A sessão de julgamento ocorreu no Fórum de São José de Ribamar e foi presidida pelo juiz da 1ª Vara Criminal, Gilmar de Jesus Vale. Também contou com a participação do promotor de Justiça André Charles Alcântara. Durante o julgamento foram arrolados quatro testemunhas de acusação e três de defesa.

Acusação

De acordo com a polícia, Isaías Pereira era um dos “cabeças” de facção criminosa que agia na Cidade Olímpica e bairros adjacentes. O militar teve a morte encomendada devido a uma rixa com o criminoso em consequência de um cerco policial na área que resultou na prisão de vários faccionados.

No dia do crime, quatro criminosos, entre eles dois adolescentes, tomaram de assalto um veículo Ford Focus, nas proximidades do Monte Castelo, e seguiram para a área da Matinha, onde abordaram o sargento, que estava em uma motocicleta.

O militar foi alvejado com cinco tiros e ainda foi levado para o Hospital Socorrão II, mas chegou sem vida. Já os executores morreram ao trocarem tiros com a polícia. Há informações de que um dos criminosos antes de morrer declarou aos militares que o mandante do crime teria sido Isaías Pereira.

Ambulantes x dificuldades

Os ambulantes que foram expulsos dos terminais de integração de São Luís poderão retornar a esses espaços, conforme decisão da Justiça em ação impetrada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos. A briga já é antiga e a ação tramita desde 2017, quando os trabalhadores se viam na iminência de perder o espaço de trabalho.

Agora, o Município terá de recebê-los de volta e ainda, por decisão judicial, oferecer treinamento a eles, nas áreas de higiene, gestão empresarial para microempreendedores, além de promover melhoria de serviços a todos os trabalhadores ambulantes afetados pela proibição da presença e da comercialização nos terminais da integração de São Luís, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. O prazo para estabelecido para a efetivação da medida foi de 180 dias.

A retirada dos ambulantes foi baseada em lei municipal da década de 1990, que impediria a venda nos terminais da integração por trabalhadores ambulantes. Além disso, o Consórcio Central alegou estar impedido de permitir o acesso de vendedores informais no local, conforme os termos do contrato de concessão do sistema de transporte da capital.

No processo, foi solicitada a anulação do ato expedido pelo Município de São Luís, pois os trabalhadores tinham no comércio informal um meio de subsistência e tinham expectativa que sua situação fosse regularizada, pleito atendido pela Justiça.

Se os ambulantes dos terminais lutam para conseguir se manter lá, aqueles que atuam no Centro, mais precisamente na frente e ao lado do Colégio Liceu Maranhense, querem ao menos saber onde vão ficar de uma vez por todas, uma vez que há mais de um ano foram remanejados da Praça Deodoro para aquele espaço e sem a mesma movimentação de antes, por causa das obras de requalificação do logradouro.

Depois da obra, eles permaneceram nos arredores da escola, e reclamam da ausência de informações concretas sobre seu futuro. Informes já foram dados, sobre uma possível transferência para o prédio onde funcionou um supermercado, nas proximidades, e lá seria feira uma grande praça de alimentação. Mas nada aconteceu até hoje. A incerteza e o medo de serem expulsos, os deixa ansiosos e preocupados. São dias difíceis e complicados na economia e na vida do trabalhador.

No Maranhão, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego aumentou, enquanto em outros estados começa a cair. A taxa de desemprego aumentou de 14,3% para 14,4%, de 2017 para 2018. Enquanto no Rio de Janeiro passou de 14,9% em 2017 para 15% em 2018; em Sergipe de 14,3% para 16,6%; em Alagoas de 16,7% para 17%; em Roraima passou de 9,9% para 12,3% e no Amapá de 17,8% para 20,2%. No quarto trimestre de 2018, o estado obteve o menor percentual de empregados com carteira assinada do país, com 50,6%. A maior taxa foi a de Santa Catarina (86,8%). Em todo o país, 74,1% dos empregados no setor privado tinham carteira de trabalho assinada, contra 75,3% no terceiro trimestre de 2017.

A quantidade de pessoas recorrendo ao mercado informal para sustentar a sua família apenas aumenta. É cada

vez maior o número de bancas de venda de quinquilharias no centro comercial de São Luís, de trailers de venda de lanches e barracas de comida rápida, nos quatro cantos da Ilha. São pessoas tentando manter seus filhos na escola, alimentá-los e ter condições de pagar o aluguel, depois de perderem seus empregos, e impedir que consigam manter sua subsistência pode ser considerado até criminoso.

Após rejeição de contas no TCE, ex-prefeita é condenada a devolver verba do Fundeb

A ex-prefeita de Penalva Maria José Gama Alhadeff, a Zeca Gama, foi condenada pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão a ressarcir o erário público em R\$ 80.366,59 (com juros e correção monetária) e proibição para contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos. Os desembargadores do TJ entenderam que ficou caracterizado o ato de improbidade que resultou na sentença de primeira instância.

Na ação ajuizada de 1º grau, o Ministério Público alegou que a ex-prefeita teve sua tomada de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), referente ao exercício financeiro de 2009, reprovada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Segundo o documento da Corte de Contas, a então prefeita incorreu em diversas irregularidades em processos de licitação, bem como pela prática de gestão ilegal à norma legal de natureza contábil que resultou em multas e danos ao erário.

O Juízo de 1º grau acolheu o pedido do MPMA para condenar a ex-gestora pela prática dos atos de improbidade administrativa, determinando o ressarcimento do dano e a proibição de contratar com o Poder Público. A ex-prefeita sustentou que não há prova das alegações do MP e que não há dolo ou má-fé na conduta.

Voto - A relatora da apelação, desembargadora Angela Salazar, entendeu que o Ministério Público demonstrou satisfatoriamente, por meio de provas robustas, que a apelante cometeu ato de improbidade.

Ainda que não tenha tido dolo, causou dano ao erário municipal no valor de R\$ 80.366,59, em razão de irregularidades em diversos processos licitatórios, da ausência de documentos comprobatórios de despesas e de outras infrações à norma legal, contábil, financeira, orçamentária e operacional.

A desembargadora entendeu que, ainda que o agente público não tenha tido dolo de enriquecimento ilícito, causou, conscientemente, de forma dolosa, dano ao erário, em razão da realização de procedimentos licitatórios sem a devida legalidade, bem como deixando de comprovar despesas efetuadas pelas verbas repassadas pelo Fundeb, o que acabou gerando o dano noticiado nos autos. Ressaltou que a recorrente não produziu prova no sentido de afastar as acusações que lhe foram feitas.

Pela decisão, Zeca Gama foi condenada a ressarcir o integral do dano; suspensão dos direitos políticos por cinco anos; pagar multa de dez vezes o valor da última remuneração que recebeu quando era prefeita; e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.

Os desembargadores Jorge Rachid e Kleber Carvalho concordaram com o voto da relatora e também negaram

provimento ao recurso da ex-prefeita.

Para ampliar acessibilidade, mais um carrinho elétrico começa a funcionar no Centro Histórico de São Luís

Entregues pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça à Prefeitura de São Luís, veículos favorecem a política de inclusão da gestão do prefeito Edivaldo

Para ampliar acessibilidade, mais um carrinho elétrico começa a funcionar no Centro Histórico de São Luís. Entregues a pouco mais de um mês à Prefeitura de São Luís, carrinhos elétricos estão possibilitando que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida possam trafegar por áreas do Centro Histórico da cidade. Nesta quinta-feira (30), mais um veículo foi entregue pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça ao poder público municipal. Além de facilitarem acesso a serviços públicos em órgãos como Câmara Municipal e Defensoria Pública, os três veículos possibilitam um passeio por ruas históricas da cidade. Usuários do novo serviço, que faz parte de um conjunto de esforços da gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior para favorecer a acessibilidade no Centro Histórico, aprovam a iniciativa.

O secretário municipal de Trânsito e Transportes, Canindé Barros, esteve presente na entrega do novo veículo. "É um projeto muito bom, que já está em funcionamento com o suporte da gestão municipal, que disponibiliza condutores e todo o apoio necessário para que esse serviço possa continuar beneficiando quem precisa", destacou o titular da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

O terceiro carrinho é fruto de conciliação judicial com a TVN. O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça, Douglas Martins, conta que a proposta do serviço é contribuir com a revitalização do Centro Histórico. "É uma ação importante para facilitar o acesso de toda pessoa com problemas de locomoção. Mais que resolver um problema de acessibilidade, favorecemos o meio ambiente com um veículo ambientalmente adequado e promovemos, ainda, o turismo na cidade", contou.

Também acompanharam a entrega do novo veículo o secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Mádison Leonardo Andrade; o secretário adjunto de Trânsito e Transportes, Israel Pethros; o defensor Público-Geral do Estado do Maranhão, Alberto Bastos; e o desembargador Jorge Rachid.

Os três veículos disponíveis partem das vagas especiais do estacionamento da Praia Grande e percorrem ruas como a Travessa Boa Ventura, a Rua da Estrela, trecho da Rua Portugal, Rua Djalma Dutra e a Rua da Feira da Praia Grande. Com a rota definida pela SMTT, a passagem por pontos estratégicos garante acesso a estabelecimentos e órgãos como Banco do Brasil, Câmara Municipal de São Luís, Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Caixa Econômica Federal e Centro de Criatividade Odylo Costa, filho.

Os carrinhos elétricos possuem também espaço para cadeirante e acompanhantes e são conduzidos por profissionais da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). No trajeto, o encanto do São João pelas Ruas Portugal e Djalma Dutra. Muita gente aproveita o serviço dos carrinhos elétricos para tirar foto com a decoração junina. "Nestes últimos dias levamos muitas pessoas com dificuldades de locomoção para ver as bandeirinhas que estão decorando as ruas do nosso Centro Histórico. Muita gente conseguiu tirar fotos e aproveitar bem o passeio. O movimento de pessoas usando o serviço tem sido muito bom", contou o condutor Jailson Soares.

APROVAÇÃO

"Tá bom demais. Eu nunca tinha usado e achei muito bom. Vim resolver uns problemas na Defensoria e aproveitei para passear. Gostei bastante", disse Valderice Rodrigues, 49 anos, que mora em Timon e estava de passagem pelo Centro da Capital. A passageira aproveitou a comodidade para chegar com maior facilidade ao órgão público e parabenizou a iniciativa e a execução do serviço, que também favorece o turismo acessível e inclusivo.

Muitas pessoas têm se beneficiado com o novo serviço. "É maravilhoso. Não sabia que tinha esse carro aqui com acessibilidade e fiquei surpresa. Meu filho é especial e essa é uma oportunidade de facilitar o trajeto", contou a moradora de São Luís e servidora pública aposentada, Irlene Gomes.

Justiça do MA retirou mais de 38 mil processos durante a Semana de Baixa

No período de 13 a 17 de maio, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA) realizou a III Semana de Baixa Processual, com a participação de 272 unidades da Justiça de 1º Grau do Maranhão, entre varas e juizados. Ao todo, as unidades baixaram 38.300 processos judiciais, que foram arquivados definitivamente e eliminados dos acervos e sistemas de controle processual. Essa foi a primeira edição do mutirão realizada em 2019, totalizando 97546 processos baixados somados os resultados das duas edições da Semana de Baixa de 2018.

Segundo relatório da Estatística da CGJ-MA, do total de processos baixados no mutirão, 12,37% foram processos não julgados (4737), enquanto 83,67% foram processos já julgados nas unidades judiciais (33563). Segundo o relatório, o impacto das semanas de baixa sobre o total de processos baixados na Justiça maranhense entre 2018 e 2019 foi de 20,09%.

As 10 unidades judiciais do Estado que baixaram a maior quantidade de processos foram a 2ª Vara de Pinheiro (1127); a 1ª Vara de Interdição e Sucessões de São Luís (1018); a vara única de Carolina (941); a 1ª Vara de Barra do Corda (826); a 1ª Vara de Maracaçumé (773); a 6ª Vara da Família de São Luís (706); a vara única de Vitória do Mearim (662); a 3ª Vara Cível de São Luís (642); a vara única de Parnarama (588) e a vara única de Santo Antonio dos Lopes (570). Os relatórios diários de acompanhamento do mutirão estão disponíveis na página da CGJ (www.tjma.jus.br/cgj), no link "Institucional/Downloads".

A Semana de Baixa Processual foi instituída pela Corregedoria por meio do Provimento N° 10/2018, como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, que prevê visitas, orientações e planos de ação para contribuir com a melhoria no funcionamento das unidades judiciais que enfrentam mais dificuldades, como maior demanda processual e taxas de congestionamento de julgamento e de baixa. O esforço concentrado também consiste na realização de intimações e certificações de trânsito em julgado, e são realizados por todos os servidores das unidades, com a supervisão do juízes titulares, auxiliares ou substitutos, podendo suspender o atendimento ao público durante o período.

Fonte: MA 10

Gaeco e Polícia Civil cumprem três mandados de prisão temporária

Na manhã desta quarta-feira, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, o 1º Departamento de Combate à Corrupção e a Superintendência da Polícia Civil do Interior realizaram a Operação Cidade Limpa, cumprindo três mandados de prisão temporária nas cidades de Imperatriz, Esperantinópolis e Bacabal.

Foram alvos das prisões o ex-prefeito de Esperantinópolis Raimundo Jovita de Arruda Bonfim, conhecido como Dr. Raimundinho; o ex-secretário municipal de Administração Márcio Alencar Silveira e o sócio da empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, Rodrigo Túlio Freitas Viana, conhecido como Rodrigo Rico ou Rodrigo Ostentação.

Os mandados foram expedidos pela Justiça da Comarca de Esperantinópolis, que atendeu ao pedido formulado pela Promotoria de Justiça da referida comarca.

DESVIOS

De acordo com a investigação do MPMA, no início do ano de 2015, a administração municipal de Esperantinópolis realizou uma licitação, no modelo pregão presencial, para a prestação do serviço de limpeza urbana, que resultou na contratação da empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, cujos sócios eram, à época, Rodrigo Túlio Freitas Viana e Samuel Karlos Araújo Nobre, pelo valor aproximado de R\$1.230.000,00.

Conforme a apuração realizada até o momento, há fortes indícios de fraude na realização do referido procedimento licitatório, especialmente pela ausência de comprovação de publicidade e pela constatação de que os documentos foram juntados aos autos sem obedecer ordem cronológica e sem ter sido numerados adequadamente, demonstrando ter ocorrido uma montagem.

Posteriormente, foi constatado que algumas cláusulas do contrato não eram compatíveis com a natureza do serviço de limpeza pública.

Foi apurado, ainda, que, embora o contrato previsse que todas as despesas com os empregados seria de responsabilidade da empresa, era utilizada mão de obra de vários servidores públicos, bem como de pessoas indicadas diretamente pelo ex-prefeito.

Com o aprofundamento das investigações, foi comprovado que a A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, na mesma gestão, celebrou outros contratos com o Município de Esperantinópolis, sem que os serviços fossem efetivamente prestados, totalizando aproximadamente R\$ 6.243.000,00, dos quais grande parte foi desviada e repassada a diversas pessoas, dentre os quais familiares do ex-prefeito, do ex-secretário, além de vereadores da época.

O Ministério Público também atestou que a empresa A. R. Locadora de Máquinas e Veículos sequer detinha capacidade técnica para executar os serviços para os quais foi contratada, porque era proprietária de apenas

três veículos, insuficientes para atender ao serviço de locação de várias secretarias e incompatíveis com a atividade de limpeza pública.

Além disso, a empresa investigada não tinha empregados em seus quadros, evidenciando ser verdadeira empresa de fachada, destinada apenas a intermediar o desvio de verbas públicas.

Fonte: ASCOM

Ex-prefeita é condenada a ressarcir dano e proibida de contratar com Poder Público

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a condenação da ex-prefeita do município de Penalva, Maria José Gama Alhadeff, de ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 80.366,59, com juros e correção monetária, e de proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos. Os desembargadores do órgão entenderam que ficou caracterizado o ato de improbidade que resultou na sentença de primeira instância.

Na ação ajuizada na Justiça de 1º grau, o Ministério Público estadual (MPMA) alegou que a ex-prefeita teve sua tomada de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb), referente ao exercício financeiro de 2009, reprovada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Segundo o documento do TCE/MA, a então prefeita incorreu em diversas irregularidades em processos de licitação, bem como pela prática de gestão ilegal à norma legal de natureza contábil que resultou em multas e danos ao erário.

O Juízo de 1º grau acolheu o pedido do MPMA para condenar a ex-gestora pela prática dos atos de improbidade administrativa, determinando o ressarcimento do dano e a proibição de contratar com o Poder Público.

A ex-prefeita, por sua vez, sustentou que não há prova das alegações do Ministério Público e que não há dolo ou má-fé na conduta, elemento necessário à caracterização da improbidade.

VOTO - A relatora da apelação, desembargadora Angela Salazar, notou, no caso, que o Ministério Público demonstrou satisfatoriamente, por meio de provas robustas, que a apelante cometeu ato de improbidade.

Destacou que acórdão do TCE julgou irregulares as contas prestadas pela ex-prefeita, apontando que houve um dano ao erário municipal no valor de R\$ 80.366,59, em razão de irregularidades em diversos processos licitatórios, da ausência de documentos comprobatórios de despesas e de outras inúmeras infrações à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional.

A desembargadora entendeu no caso que, ainda que o agente público não tenha tido dolo de enriquecimento ilícito, causou, conscientemente, de forma dolosa, dano ao erário, em razão da realização de procedimentos licitatórios sem a devida legalidade, bem como deixando de comprovar as despesas efetuadas pelas verbas repassadas pelo Fundeb, o que acabou gerando o dano noticiado nos autos. Ressaltou que a recorrente não produziu prova no sentido de afastar as acusações que lhe foram feitas.

Por essas razões, a relatora manteve o reconhecimento da prática de improbidade, devendo a apelante responder às sanções impostas pelo Juízo de primeira instância: ressarcimento integral do dano; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos por cinco anos; pagar multa de dez vezes o valor da última

remuneração que recebeu quando era prefeita; e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.

Os desembargadores Jorge Rachid e Kleber Carvalho concordaram com o voto da relatora e também negaram provimento ao recurso da ex-prefeita.

Fonte: ASCOM

Judiciário defere auxílio-doença para trabalhadora rural

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS foi condenado pelo Judiciário da Comarca de Dom Pedro (319 km da Capital), a implantar em favor de uma trabalhadora rural do município o benefício de auxílio-doença pelo período de um ano, a partir da perícia realizada em setembro de 2017. A sentença, assinada pela juíza Arianna Rodrigues Saraiva, titular da comarca, determina ao INSS a correção do benefício a ser pago, com juros de 1% ao mês.

A magistrada também determinou à autora, que protocole novo pedido do benefício caso o problema de incapacidade persista, em virtude do lapso temporal decorrido desde o pedido administrativo, junto ao INSS, realizado em 24 de Outubro de 2014.

A autora alegou, em pedido formulado junto ao Judiciário, que por força de sérios problemas de saúde encontra-se impossibilitada de continuar exercendo a atividade rural, e por isso, necessita do benefício para seu sustento. Descreve que, apesar de ter solicitado administrativamente o auxílio, o mesmo foi negado pelo INSS. “A autora, que é segurada especial, lavradora, mas não estaria em condições de realizar seus trabalhos em virtude de estado de saúde, artrose lombar em grau severo, sinal de vácuo discal, artrite, escoliose e depressão”, assinala no pedido.

Em contestação, a Previdência Social argumentou que não restou configurada incapacidade laboral e a qualidade de segurado especial da autora.

No trâmite processual foram produzidas provas periciais (laudo médico), orais por meio de inquirição de testemunhas em audiência, dentre outros, que originaram laudo técnico anexado à ação. “Determinada a realização de perícia judicial, esta concluiu que se trata de doença crônica Espondiloartrose lombar (CID M 47.3; M54-1) e que a incapacidade seria parcial por 1 (um) ano para tratamento, considerando a data da perícia, 14/09/2017 e que os exames acostados indicam que a doença teve início em 2013”, descreve o laudo.

Para a magistrada, a concessão do auxílio-doença pressupõe a comprovação, simultânea, dos seguintes requisitos: qualidade de segurado; cumprimento da carência exigível; e a incapacidade temporária para o trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. Aliado às exigências, a comprovação da condição de trabalhador rural, por meio de documentos. “Quanto à qualidade de segurado especial esta se comprova até mesmo pelo benefício já concedido administrativamente à parte autora, o que é ratificado pelos documentos constantes nos autos e prova testemunhal”, frisa.

Para a julgadora, a perícia judicial atestou que a requerente estaria incapacitada para o trabalho por apenas 1 (um) ano, a partir daquela data, sendo que as partes não impugnaram o laudo. E que no caso dos autos, houve a cessação e, posteriormente, indeferimento de novo pedido de concessão do benefício. “A incapacidade da autora ocorre apenas quando ocorre crise da doença, o que deve ser verificado periodicamente. Assim, para a concessão de benefício por todo o período pleiteado, indispensável que se comprovasse a incapacidade por todo o lapso temporal, o que não ocorreu”, justifica a magistrada, quanto ao acolhimento do pedido de deferimento do benefício por apenas um ano.

Fonte: ASCOM

Escola municipal recebe 1000 livros doados pelo Judiciário

O juiz da 1ª Vara de Buriticupu, Raphael Leite Guedes doou 500 obras literárias e 500 didáticas - novas e usadas - à UI Padre Edmilson de Sousa Freire, para formação de uma biblioteca da escola, onde estudam 820 alunos do ensino fundamental menor (1ª a 5ª séries) e maior (6º ao 9º ano). A escola é a segunda beneficiada pelo Projeto “Judiciário na Escola: Doe Livros e Construa Nosso Futuro”, que estimula a leitura entre os estudantes da rede pública de ensino municipal.

Esse projeto concorre ao 16º Prêmio Innovare 2019, na categoria juiz, com 100 práticas na disputa, em todo o país. Na mesma data, o juiz recebeu a visita de dois consultores do prêmio, que identifica, divulga e difunde práticas de tribunais, profissionais e operadores do Direito que contribuam para o aprimoramento da Justiça brasileira, notadamente na área dos direitos humanos.

Durante a estada em Buriticupu, os consultores Antônio Nery e Antônio Pontes de Aguiar Filho fizeram uma entrevista com o juiz, idealizador do projeto, e avaliaram a capacidade, efetividade, alcance social e potencial do projeto para ser replicado em nível nacional. As informações sobre o funcionamento da prática coletadas pelos consultores auxiliam os jurados na análise e escolha das práticas vencedoras.

O juiz disse estar satisfeito com a receptividade do projeto na comunidade e tem expectativa de chegar à premiação por essa prática. “A visita dos consultores e a indicação que o projeto tem capacidade de ser replicado em outras comarcas do país com grande alcance de pessoas beneficiadas demonstram que temos grande expectativa de concorrer ao prêmio Innovare do ano de 2019, até às últimas fases”, declarou, otimista.

O projeto “Judiciário na Escola” promove a educação das crianças e adolescentes, visando ao seu desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania. No lançamento do projeto, em 21 de novembro do ano passado, 500 livros foram à escola municipal “Unidade Integrada Simar Pereira Pinto”, a primeira beneficiada. Antes da doação, é feita uma campanha de arrecadação dos livros na comunidade, em pontos de doação instalados no fórum e em empresas parceiras do projeto.

Corregedoria define instruções para procedimento de divórcio impositivo em cartório

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA), por meio do Provimento N° 27/2019, definiu novos critérios e instruções normativas sobre o procedimento para formalização do denominado “divórcio impositivo” ou “divórcio unilateral”. A medida foi autorizada por meio do Provimento N° 25/2019, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, instituindo a possibilidade de realização do divórcio impositivo, segundo o qual qualquer um dos cônjuges poderá, no exercício de sua autonomia de vontade, requerer ao Registro Civil da serventia extrajudicial (cartório) perante a qual se acha lançado o assento de seu casamento, a averbação do divórcio no respectivo registro. Os Provimentos e Anexos a respeito da matéria podem ser acessados na página da CGJ (www.tjma.jus.br/cgj), na Seção Atos Administrativos / Provimentos.

O novo regramento considerou que, com a publicação do Provimento N° 25/2019, foram suscitadas diversas questões acerca de sua implementação prática, ante a necessidade de serem dirimidas essas questões, a fim de que interpretações ou práticas que venham a surgir possam, mesmo que não intencionalmente, atentar contra o objetivo do Provimento e possíveis disposições do ordenamento jurídico, estadual e nacional.

NORMAS - Segundo a nova redação do artigo 1º do Provimento N° 25/2019, o requerimento do divórcio impositivo poderá ser formalizado mediante o preenchimento do formulário cujo modelo se acha no Anexo I, que poderá ser apresentado somente por aquele que pretende partilhar os bens, se houver, o que ocorrerá posteriormente, e de cujo casamento não exista nascituro nem tenha resultado filhos, ou, havendo estes últimos, que não sejam menores de idade ou incapazes. O interessado será representado por advogado ou defensor público, cujas assinatura e inscrição, na OAB ou na DPE, constarão do requerimento.

A notificação pessoal, cujo modelo encontra-se no Anexo II do Provimento, será feita por carta assinada pelo registrador ou por escrevente habilitado e encaminhada pelos Correios, em território nacional, às expensas do requerente, por meio de registro com Aviso de Recebimento em Mão Própria (MP), adiantadas as respectivas despesas. O edital de notificação, com prazo de quinze dias úteis, seguirá o modelo do Anexo III, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), após envio, pelo registrador, por malote digital, à Corregedoria-Geral da Justiça.

Entre outras instruções, o Provimento N° 27/2019 estabelece que o cônjuge requerido também poderá solicitar, a qualquer tempo, ao Registro Civil perante o qual foi lançado o assento do seu casamento, a alteração do seu nome, com a retomada de seu nome de solteiro, mediante novo ato de averbação. A averbação do divórcio impositivo observará o que prescreve o art. 106 da Lei nº 6.015, de 1973.

AUTONOMIA - O Maranhão foi o segundo estado a adotar a medida, seguindo o estado de Pernambuco. A providência está fundamentada nos direitos humanos, especificamente aquele sacramentado no art. 16, item I, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e nos princípios do Estado Democrático de Direito, notadamente a individualidade, a liberdade, o bem-estar, a justiça e a fraternidade, bem como o direito individual à celeridade na resolução das lides e a autonomia da vontade nas relações intersubjetivas.

O estabelecimento do “divórcio impositivo” considerou que a dissolução do casamento é um direito individual da pessoa, que pode ser exercido unilateralmente por quaisquer dos cônjuges, em igualdade de condições; que, a partir da Emenda Constitucional nº 66, de 2010, o único requisito para a decretação do divórcio é a manifestação da vontade de um dos cônjuges, não mais existindo, desde então, a necessidade da prévia separação de fato (por dois anos) ou de direito (por um ano) para que seja pleiteada a dissolução do vínculo conjugal, sendo impertinente, ademais, a discussão acerca da culpa pelo fim da relação.

Segundo o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a possibilidade de averbação diretamente em cartório do divórcio também pode contribuir para a redução de conflitos sociais, especialmente favorecendo mulheres em situação de violência doméstica que desejam encerrar suas relações. “Hoje em dia não cabe mais a exigência de que um dos cônjuges possa impedir que o outro realize o divórcio, o que fere o princípio da autonomia da vontade e pode contribuir para a continuidade de relações abusivas e prejudiciais ao bem-estar social”, avalia.

Fonte: ASCOM

Deputado Wellington pede urgência na votação da atualização salarial de servidores regidos pela Lei 125/2009

Na manhã desta sexta-feira (31), o diretor financeiro do Sindjus-MA, Fagner Damasceno, e o conselheiro fiscal do Sindicato, Ednézio Sousa, participaram de reunião (foto), com o deputado estadual Wellington do Curso (PSDB), para tratar sobre o Projeto de Lei Complementar 001/2019, que altera a tabela de vencimentos dos cargos extintos a vagar de depositário, de distribuidor e de escrivão de serventia judiciária, regidos pela Lei Complementar 125/2009. O projeto de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) tramita na Assembleia Legislativa do Maranhão desde o mês de fevereiro.

O diretor financeiro do Sindjus-MA, Fagner Damasceno, expôs a situação dos servidores (depositário, distribuidor e escrivão) que aguardam com ansiedade a atualização em seus vencimentos, pois são regidos pela Lei Complementar 125/2009, que disciplina a tabela de pagamento dos respectivos cargos, e não tem reajuste salarial há cerca de cinco anos.

Escrivães, depositários e distribuidores não foram contemplados pelo reajuste de 6,3%, que é relativo às perdas inflacionárias de 2014 (Lei 10.561/2017); também não receberam a incorporação dos 21,7% e nem no reajuste de 5%, que é de janeiro de 2018, concedido aos demais servidores do TJMA, regidos pela Lei nº 8.032/2003, que estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Esses servidores, uma parte já aposentada, vêm sofrendo com o acúmulo progressivo de perdas inflacionárias, então o Projeto de Lei Complementar n.º 001/2019, que aguarda pauta na Assembleia Legislativa, corrige essa disparidade a partir da atualização salarial, pois nele estão previstos a incorporação dos 6,3%, 21,7% e 5%, reajustes já concedidos aos demais servidores.

O Sindjus-MA vem buscando reiteradamente o direito desses servidores de também serem beneficiados pelos reajustes concedidos aos demais servidores da categoria, como prevê a Constituição Federal. Em 2017, o Sindicato solicitou através do processo administrativo nº 14541/2017, junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão, que os servidores regidos pela Lei Complementar 125/2009 também fossem remunerados com os reajustes e incorporações concedidos pelo Tribunal.

“Com o envio do projeto pelo Tribunal de Justiça à Assembleia Legislativa, o Sindjus-MA espera agora que os deputados estaduais apoiem esses servidores e que eles possam finalmente ser contemplados com a sua devida atualização salarial”, afirmou Fagner Damasceno.

O deputado Wellington mostrou-se solidário, e por meio de sua assessoria jurídica, protocolou, na tarde de hoje (31), requerimento solicitando tramitação em regime de urgência para discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n.º 001/2019. O requerimento deve ser lido e apreciado no início da próxima semana.

Convite

O Sindjus-MA agradece a iniciativa deputado estadual Wellington do Curso e convida todos os servidores do judiciário a comparecerem às sessões da Assembleia Legislativa do Maranhão, da próxima segunda-feira (3), às 16h, e da terça-feira (4), às 9h.

As perdas salariais sofridas pelos servidores do judiciário, nos últimos anos, são ainda mais acentuadas para servidores desses cargos extintos a vagar, pois eles deixaram de receber os reajustes que foram garantidos pelo Tribunal para os demais servidores. Após requerimentos, solicitações e várias reuniões, a Administração do Tribunal formulou o projeto e encaminhou à Assembleia.

"É mais do que urgente e necessário que ele seja votado e aprovado, uma vez que será custeado com recursos do próprio orçamento do Tribunal, que já foi aprovado pela Assembleia no ano passado e sancionado pelo governador. Por tudo isso, a iniciativa do deputado Wellington merece o nosso aplauso e tem a nossa gratidão", disse o presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins.

Mais um carrinho elétrico começa a funcionar no Centro Histórico de São Luís

publicado em 31/5/2019 Atualizado em 31/05/2019 - 07:53

Entregues a pouco mais de um mês à Prefeitura de São Luís, carrinhos elétricos estão possibilitando que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida possam trafegar por áreas do Centro Histórico da cidade. Nesta quinta-feira (30), mais um veículo foi entregue pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça ao poder público municipal. Além de facilitarem acesso a serviços públicos em órgãos como Câmara Municipal e Defensoria Pública, os três veículos possibilitam um passeio por ruas históricas da cidade. Usuários do novo serviço, que faz parte de um conjunto de esforços da gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior para favorecer a acessibilidade no Centro Histórico, aprovam a iniciativa.

O secretário municipal de Trânsito e Transportes, Canindé Barros, esteve presente na entrega do novo veículo. "É um projeto muito bom, que já está em funcionamento com o suporte da gestão municipal, que disponibiliza condutores e todo o apoio necessário para que esse serviço possa continuar beneficiando quem precisa", destacou o titular da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

O terceiro carrinho é fruto de conciliação judicial com a TVN. O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça, Douglas Martins, conta que a proposta do serviço é contribuir com a revitalização do Centro Histórico. "É uma ação importante para facilitar o acesso de toda pessoa com problemas de locomoção. Mais que resolver um problema de acessibilidade, favorecemos o meio ambiente com um veículo ambientalmente adequado e promovemos, ainda, o turismo na cidade", contou.

Também acompanharam a entrega do novo veículo o secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Mádison Leonardo Andrade; o secretário adjunto de Trânsito e Transportes, Israel Pethros; o defensor Público-Geral do Estado do Maranhão, Alberto Bastos; e o desembargador Jorge Rachid.

Os três veículos disponíveis partem das vagas especiais do estacionamento da Praia Grande e percorrem ruas como a Travessa Boa Ventura, a Rua da Estrela, trecho da Rua Portugal, Rua Djalma Dutra e a Rua da Feira da Praia Grande. Com a rota definida pela SMTT, a passagem por pontos estratégicos garante acesso a estabelecimentos e órgãos como Banco do Brasil, Câmara Municipal de São Luís, Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Caixa Econômica Federal e Centro de Criatividade Odylo Costa, filho.

Os carrinhos elétricos possuem também espaço para cadeirante e acompanhantes e são conduzidos por profissionais da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). No trajeto, o encanto do São João pelas Ruas Portugal e Djalma Dutra. Muita gente aproveita o serviço dos carrinhos elétricos para tirar foto com a decoração junina. "Nestes últimos dias levamos muitas pessoas com dificuldades de locomoção para ver as bandeirinhas que estão decorando as ruas do nosso Centro Histórico. Muita gente conseguiu tirar fotos e aproveitar bem o passeio. O movimento de pessoas usando o serviço tem sido muito bom", contou o condutor Jailson Soares.

"Tá bom demais. Eu nunca tinha usado e achei muito bom. Vim resolver uns problemas na Defensoria e aproveitei para passear. Gostei bastante", disse Valderice Rodrigues, 49 anos, que mora em Timon e estava de passagem pelo Centro da Capital. A passageira aproveitou a comodidade para chegar com maior facilidade ao órgão público e parabenizou a iniciativa e a execução do serviço, que também favorece o turismo acessível e inclusivo.

Muitas pessoas têm se beneficiado com o novo serviço. "É maravilhoso. Não sabia que tinha esse carro aqui com acessibilidade e fiquei surpresa. Meu filho é especial e essa é uma oportunidade de facilitar o trajeto", contou a moradora de São Luís e servidora pública aposentada, Irlene Gomes.

Famílias fazem protesto contra reintegração de posse na Vila Maranhão

Cerca de 50 moradores do bairro Vila Maranhão realizaram protesto nesta sexta-feira, contra uma reintegração de posse determinada pela justiça a favor da empresa Transnordestina. Na ocasião, eles arrancaram e incendiaram trilhos da malha ferroviária.

Os manifestantes moram às margens do trilho por onde passa o trem da Transnordestina. A empresa entrou na justiça pedindo a retirada das casas no local. A Justiça Federal em Brasília aceitou o pedido, determinando o desembargador Sousa Prudente à reintegração imediata.

Com o risco de serem desejados, os moradores resolveram bloquear a linha férrea. Policiais militares negociaram com os manifestantes, mas eles só liberariam a via caso a empresa pedisse, na justiça, para que a ordem não fosse cumprida. “Disseram que era meia hora. Que a comunidade tinha que tirara as suas coisas para eles botarem a casa a baixo. Sendo que a Transnordestina nunca se manifestou na comunidade de dizer oque que eles estão fazendo”, declarou Jaciane, moradora da localidade.

Entidades da sociedade civil, como OAB, Centros Acadêmicos, CSP Conlutas e Sindicato dos Servidores da Justiça, foram ao local apoiar os moradores e ajudar nas negociações. “A comunidade está em pânico porque não há razão de uma medida tão drástica ser cumprida, tendo em vista que há um acordo judicial, aqui na Justiça Federal em São Luís, que prever pelo menos para a maioria das famílias afetadas por esse problema, a possibilidade de uma perícia feita pelos órgãos públicos para apurar de fato as áreas que deverão ser objeto da reintegração. E, quem tiver com posse em área não irregular, a permanência na comunidade. E havendo a necessidade de algumas dessas famílias de fato serem reassentadas, para onde ir. Porque o poder público não pode ficar omissos diante desse problema social” afirmou Aníbal Lins, presidente SINDJUS-MA.